1. F	esponsáveis pelo formulário	
	1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
2. <i>A</i>	uditores independentes	
	2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
	2.3 - Outras informações relevantes	5
3. lı	nformações financ. selecionadas	
	3.1 - Informações Financeiras	6
	3.2 - Medições não contábeis	7
	3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
	3.4 - Política de destinação dos resultados	9
	3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
	3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
	3.7 - Nível de endividamento	12
	3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
	3.9 - Outras informações relevantes	14
4. F	atores de risco	
	4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
	4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	17
	4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	18
	4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
	4.5 - Processos sigilosos relevantes	_21
	4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
	4.7 - Outras contingências relevantes	23
	4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24
5. F	tisco de mercado	
	5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	25

	5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	29
	5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	30
	5.4 - Outras informações relevantes	31
6. His	tórico do emissor	
	6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	32
	6.3 - Breve histórico	33
	6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	36
	6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	37
	6.7 - Outras informações relevantes	38
7. Ativ	vidades do emissor	
	7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	39
	7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	41
	7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	42
	7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	51
	7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	52
	7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	55
	7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	57
	7.8 - Relações de longo prazo relevantes	58
	7.9 - Outras informações relevantes	59
8. Gru	ipo econômico	
	8.1 - Descrição do Grupo Econômico	60
	8.2 - Organograma do Grupo Econômico	62
	8.3 - Operações de reestruturação	63
	8.4 - Outras informações relevantes	64
9. Ativ	vos relevantes	
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	65
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	66

	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	68
	9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	69
	9.2 - Outras informações relevantes	72
10. Cc	omentários dos diretores	
	10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	73
	10.2 - Resultado operacional e financeiro	79
	10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	80
	10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	81
	10.5 - Políticas contábeis críticas	82
	10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	95
	10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	96
	10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	97
	10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	98
	10.10 - Plano de negócios	99
	10.11 - Outros fatores com influência relevante	101
11. Pr	ojeções	
	11.1 - Projeções divulgadas e premissas	102
	11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	103
12. As	ssembleia e administração	
	12.1 - Descrição da estrutura administrativa	104
	12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	109
	12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	112
	12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	113
	12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	114
	12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	115
	12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	122
	12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	123

	12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	124
	12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	128
	12.12 - Outras informações relevantes	129
13.	Remuneração dos administradores	
	13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	131
	13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	134
	13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	137
	13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	138
	13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	139
	13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	140
	13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	141
	13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	142
	13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	143
	13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	144
	13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	145
	13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	146
	13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	147
	13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	148
	13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	149
	13.16 - Outras informações relevantes	150
14.	Recursos humanos	
	14.1 - Descrição dos recursos humanos	151
	14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	152
	14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	153

	14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	155
15.	Controle	
	15.1 / 15.2 - Posição acionária	156
	15.3 - Distribuição de capital	169
	15.4 - Organograma dos acionistas	170
	15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	171
	15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	178
	Controle  15.1 / 15.2 - Posição acionária  15.3 - Distribuição de capital  15.4 - Organograma dos acionistas  15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	179
16.	Transações partes relacionadas	
	16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes	180
	16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	181
	15.1 / 15.2 - Posição acionária 15.3 - Distribuição de capital 15.4 - Organograma dos acionistas 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 15.7 - Outras informações relevantes  ansações partes relacionadas 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado  pital social 17.1 - Informações sobre o capital social 17.2 - Aumentos do capital social 17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 17.4 - Informações sobre reduções do capital social 17.5 - Outras informações relevantes  lores mobiliários 18.1 - Direitos das ações 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 18.3 - Descrição de execções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	185
17.	Capital social	
	17.1 - Informações sobre o capital social	186
	17.2 - Aumentos do capital social	187
	17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	188
	17.4 - Informações sobre reduções do capital social	189
	17.5 - Outras informações relevantes	190
18.	Valores mobiliários	
	18.1 - Direitos das ações	191
		192
		198
	18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	199
	18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	200
	18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	201

	18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	202
	18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	203
	18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	204
	18.10 - Outras informações relevantes	205
19. I	Planos de recompra/tesouraria	
	19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	206
	19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	207
	19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	208
	19.4 - Outras informações relevantes	210
20. I	Política de negociação	
	20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	211
	20.2 - Outras informações relevantes	212
21. I	Política de divulgação	
	21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	213
	21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	214
	21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	215
	21.4 - Outras informações relevantes	216
22. I	Negócios extraordinários	
	22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	217
	22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	218
	22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	219
	22.4 - Outras informações relevantes	220

#### 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do Fábio Barbanti Taiar formulário

To maint

Cargo do responsávelDiretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do

formulário

Cargo do responsável Diretor Presidente

#### Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência□

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19□

Livaldo Aguiar dos Santos

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

PÁGINA: 1 de 220

# 2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM			
Código CVM	385-9			
Tipo auditor	Nacional			
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Auditores Independen	ites	
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11			
Período de prestação de serviço	01/01/2010 a 31/12/2010			
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 330.000,00			
Justificativa da substituição	Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço CPF Endereço			
Edgar Jabbour	01/10/2010 a 31/12/2010	839.554.458-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: ejabbour@deloitte.com	
Walbert Antonio dos Santos	01/01/2010 a 30/09/2010	867.321.888-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 37033001, e-mail: wsantos@deloitte.com	

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu	Auditores Independen	ites
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/12/2011		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2011 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade"). Pelo serviços de Auditoria Contábil 2011 foram pagos R\$ 330.000,00.   Durante o exercício de 2011, a Deloitte prestou, além do serviço de auditoria das demonstrações financeiras, o serviço de "Due Diligence" para a aquisição de empresas no exterior. Os honorários dos serviços contratados totalizaram R\$ 302.000,00.   Foram pagos ainda R\$ 13.000,00 pelo serviços de Auditoria de Impostos.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 645.000,00		
Justificativa da substituição	Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	a Não aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edgar Jabbour	01/01/2011 a 31/12/2011	839.554.458-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: ejabbour@deloitte.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers	Auditores Independent	es
CPF/CNPJ	61.562.112/0008-05		
Período de prestação de serviço	01/01/2012		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações trimestrais dos períodos findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 330.000,00		
Justificativa da substituição	Cumprimento da Instrução	CVM nº 308 - rodízio	dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	a Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Francisco José Pinto Fagundes	01/01/2012	166.806.694-72	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: francisco.fagundes@br.pwc.com

# 2.3 - Outras informações relevantes

# Item 2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

# 3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	637.270.000,00	679.744.000,00	702.017.000,00
Ativo Total	1.614.560.000,00	1.781.434.000,00	1.861.192.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	617.561.000,00	631.054.000,00	673.529.000,00
Resultado Bruto	131.849.000,00	172.612.000,00	242.753.000,00
Resultado Líquido	-37.369.000,00	4.326.000,00	68.750.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	71.757.647	74.015.147	74.757.547
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	8,880865	9,183850	9,390584
Resultado Líquido por Ação	-0,520767	0,058448	0,919640

# 3.2 - Medições não contábeis

# 3.2 - Medições não contábeis

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Liquidação Voluntária da Romi Itália:

A Romi iniciou tratativas com órgãos sindicais e da administração italianos em 16 de março de 2012, visando à adequação da estrutura da Romi Itália à situação de mercado, que se mantém adversa desde a sua aquisição ocorrida em 2008. Após diversas tentativas de realização de tal plano, e tendo em vista o agravamento da situação econômico-financeira da Romi Itália, a Administração da Companhia concluiu pela descontinuidade das operações locais como sendo a solução que melhor atende aos interesses da Companhia e à geração de valor ao acionista, alinhada ao seu plano estratégico.

#### Item 3.4 - Política de destinação dos resultados

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política da Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e o Estatuto Social da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado nos últimos três exercícios, lembrando que em 2012 a Companhia alcançou prejuízo de R\$ 37.369 mil e, por isso, não distribuiu dividendos:

	2012	2011	2010
Dividendo total distribuído	0	24.616.000,00	37.379.000,00
Retenção de lucros para a reserva legal	0	178.000,00	3.396.000,00
Retenção de lucros para a reserva de lucros	0	3.390.000,00	38.812.000,00

# 3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Re ais)	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Luc ro líquido ajustado		3.568.000,00	67.929.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		0,000,000	37,864535
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		0,005128	0,097036
Divide ndo distribuído total		24.616.310,51	37.379.000,00
Lucro líquido retido		3.390.000,00	38.812.000,00
Data da aprovação da retenção		13/03/2012	15/03/2011

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio							
Ordinária				7.422.074,70	21/10/2011	8.971.000,00	20/04/2010
Ordinária			ı	8.970.905,64	20/04/2011		
Ordinária				8.223.330,17	20/07/2011		
Ordinária						8.971.000,00	20/07/2010
Ordinária						10.466.000,00	21/01/2011
Ordinária			ı			8.971.000,00	18/10/2010

#### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

#### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Com base na política de dividendos, a Companhia propôs a distribuição de 33% do lucro líquido do exercício passível de distribuição e o remanescente da reserva de lucros, a título de juros sobre o capital próprio.

Nos períodos apresentados, esses fatos ocorreram em 2012, 2011 e 2010, conforme demonstrado a seguir, lembrando que em 2012 a Companhia alcançou prejuízo de R\$ 37.369 mil e, por isso, não distribuiu dividendos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	-	3.568.000,00	67.929.000,00
(-) Constituição de reserva legal	<u>=</u>	(178.000,00)	(3.396.000,00)
Lucro passível de distribuição	-	3.390.000,00	64.533.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	-	-	(25.721.000,00)
Constituição de reserva de lucros	=	3.390.000,00	38.812.000,00
Data de aprovação da retenção os lucros	-	13/03/2012	15 <b>/</b> 03/2011
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - mínimo da Companhia — 33%	-	-	21.296.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente – acima do mínimo	-	-	4.425.000,00
Juros sobre o capital próprio referente à reserva de lucros de exercícios anteriores	=	24.616.000,00	11.658.000,00
	<u>=</u>	24.616.000.00	<u>37.379.000.00</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	-	21.843.000,00	33.155.000,00
% distribuído do lucro passível de distribuição			<u>40%</u>

# 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2012	977.290.000,00	Índice de Endividamento	1,53355720	
	0,00	Outros índices	0,61131232	O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total.   O motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor é que é entendimento da Companhia que a operação denominada Finame Fabricante trata-se de uma operação de tesouraria, e portanto, não deve ser incluída no cálculo do endividamento.   Nessa operação, embora a Companhia figure como a devedora perante o agente (Banco comercial), há um ativo a receber dos clientes decorrente das operações individuais, com cada cliente. Adicionalmente, os encargos pagos são idênticos aqueles cobrados dos clientes, o que fortalece a essência de uma operação de tesouraria e não dívida financeira.

# 3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2012)							
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total		
Garantia Real	355.632.000,00	394.982.000,00	51.741.000,00	8.046.000,00	810.401.000,00		
Total	355.632.000,00	394.982.000,00	51.741.000,00	8.046.000,00	810.401.000,00		
Observação							

# 3.9 - Outras informações relevantes

# 3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 14 de 220

### Item 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:

#### (a) Risco de taxa de câmbio:

Este risco está atrelado a possibilidade de uma valorização cambial reduzir a diferença de preço de nossos produtos em relação ao produto importando, reduzindo a vantagem competitiva da Companhia e aumentando a pressão por redução de preço.

O baixo volume de vendas associado à valorização cambial pode prejudicar significativamente o resultado financeiro da Companhia.

As divergências entre ativo e passivo, em relação a moeda e taxas não são relevantes, pois são passíveis de repasse ao preço de venda em função da concorrência externa.

Os demais instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas no Estados Unidos da América e na Europa.

#### (b) Risco de crédito:

Advém da possibilidade de a Companhia e as suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME fabricante é exigida garantia real dos clientes.

No último ano fiscal, a perda com recuperação de máquinas por inadimplência com a linha FINAME Fabricante foi de certa de R\$ 28 milhões. A exposição a FINAME Fabricando chegou a ser 140% do Patrimônio Líquido, sendo estabelecida uma meta de redução para 50%. Embora a redução da exposição à FINAME Fabricante reduz o risco de inadimplência da Companhia, se houver aumento da inadimplência junto aos bancos a disponibilidade de crédito no mercado pode reduzir e comprometer o volume de vendas.

Existem indicadores monitorados pelo Conselho de Administração de modo a acompanhar o nível de inadimplência da carteira e constituição das provisões contábeis.

As provisões contábeis podem não ser suficientes para cobrir a inadimplência futura, como ocorreu nos últimos anos.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

#### (c) Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante:

Os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Existe uma dependência significativa da linha de financiamento FINAME (Fabricante e Comprador) no processo de comercialização. Se esta linha de financiamento do BNDES for perdida a necessidade de capital de giro seria significativa e poderia comprometer a continuidade das operações.

#### (d) Risco de gerenciamento de capital:

Advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros). A boa avaliação de crédito da Romi junto aos bancos também é necessária para financiamento do capital de giro, projetos de investimento e outros.

# 4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Item 4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Esse item está compreendido na resposta do item 4.1 - Descrição dos fatores de risco.

#### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

# Item 4.3 – Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais em que a Companhia ou suas Controladas sejam Parte e que não esteja sob Sigilo

Somos parte em ações judiciais nas áreas trabalhista, cível e tributária:

#### **Processos Trabalhistas:**

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total envolvido nos processos trabalhistas com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ 3.570 milhões.

Os processos trabalhistas em que figura a Companhia como reclamada, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

#### Processos Cíveis:

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total envolvido nos processos cíveis com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ 6.948 milhões.

Os processos cíveis em que figura a Companhia como ré, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

#### Processos Tributários:

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total envolvido nos processos tributários com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ 47.847 milhões, montante que já está provisionado contabilimente.

Os processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos:

PÁGINA: 18 de 220

#### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Contribuição Previdenciária em pagamento a cooperativas; (ii) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (iii) Crédito de IPI; (iv) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (v) Crédito de Contribuição Previdenciária compensadas; (vi) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

Atualmente, em razão dos valores envolvidos, a Companhia possui apenas um processo relevante, conforme discriminado a seguir:

Juízo: 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Instância: 3º Instância - Supremo Tribunal Federal - STF.

Data de distribuição: 24 de outubro de 2006.

Partes no processo: A autora do processo é a Indústrias Romi S.A. e a Ré é a União Federal.

Valores, bens ou direitos envolvidos: Mandado de segurança que visa, em linhas gerais, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Principais fatos: Liminar concedida para autorizar a realização de depósitos judiciais dos valores de PIS e COFINS com a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Depósito atualizado até 31 de dezembro de 2012: R\$ 34.605.108,71

Valor da provisão em 31 de dezembro de 2012: R\$ 34.605.108,71 (trata-se de uma obrigação legal)

Probabilidade de perda: Possível

Sentença: Parcial procedência para autorizar o depósito judicial dos valores, com a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Recurso de apelação: Romi e União Federal.

Recurso Extraordinário: Romi em face da União Federal interposto em 14/10/2011.

Fase atual: O processo foi suspenso/sobrestado por determinação da Vice-Presidência do STF em 10/11/2012, em razão da matéria ser discutida em Repercussão Geral, aguardando o julgamento do RE 574.706/PR.

Portanto, as provisões e/ou depósitos judiciais são suficientes para atender as perdas prováveis. Eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios e não afetará a imagem da Companhia.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Item 4.4 – Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

# 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Item 4.5 – Processos Sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas Controladas sejam Parte

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

# 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Item 4.6 – Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

Considerando o índice de inadimplência em elevação devido à conjuntura econômica no País nos últimos anos, a Companhia ajuizou um número significativo de ações visando à rescisão dos contratos com reserva de domínio, objetivando a reintegração da posse das máquinas, cujos prováveis prejuízos já foram contabilmente provisionados.

# 4.7 - Outras contingências relevantes

# Item 4.7 – Outras Contingências Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

### 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

### Item 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia foi devidamente constituída segundo as leis brasileiras e possui os seus valores mobiliários listados na bolsa de seu país de origem.

#### Item 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

#### (a) O aumento da concorrência no setor em que atuamos pode nos afetar adversamente.

O mercado dos nossos produtos é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. Nossa habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso dependerá, em parte, de nossa habilidade de aumentar e desenvolver nossos produtos existentes, de continuar a criar produtos inovadores, de adaptar nossos produtos às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, de continuar a melhorar a eficiência operacional, diminuir nossos custos e crescermos mais que nossos concorrentes, seja pela aquisição de novas empresas, seja pelo crescimento orgânico de nossa participação de mercado. O aumento da concorrência, o aumento da capacidade produtiva das nossas concorrentes e do aumento da concorrência de sociedades estrangeiras e/ou de sociedades que disponham de mais capital para investimento do que nós, poderá afetar adversamente os nossos negócios e também os preços por meio do qual podemos vender nossos produtos, reduzindo as nossas margens. Além disso, competidores podem desenvolver tecnologias ou produtos que tornem os nossos produtos obsoletos ou menos comerciáveis, ou, ainda, operar de forma mais eficiente do que nós. Se não formos capazes de aderir e superar uma eventual consolidação do setor, podemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, o posicionamento de nossos concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do Real frente ao Dólar, ou a redução das alíquotas dos impostos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderá tornar tais concorrentes mais competitivos do que nós, o que poder vir a afetar adversamente as nossas atividades e resultados.

A receita da empresa está concentrada no mercado brasileiro. Mudanças no cenário econômico do país podem afetar significativamente as operações. Buscando reduzir a dependência do mercado interno, a Companhia tem investido em subsidiárias no exterior.

(b) Podemos ser adversamente afetados se formos incapazes de oferecer produtos competitivos e tecnologicamente avançados. Ainda, estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias, que podem atrasar a introdução de novos produtos no mercado e resultar em despesas significativas.

O sucesso de nosso negócio depende, em parte, de nossa habilidade para manter e expandir os produtos existentes e nossa base de clientes. A nossa estratégia depende de nossa capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a expandir nossas linhas de produtos, e consequentemente que seremos capazes de manter nossos atuais clientes, bem como atrair novos clientes. Também não podemos garantir que não iremos perder clientes para concorrentes com preços mais competitivos, com produtos e serviços equivalentes ou superiores. Se falharmos em expandir nossa linha de produtos, ou perder um número relevante de nossos atuais clientes, ou formos incapazes de atrair novos clientes, poderemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, nosso negócio é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores

poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono da nova tecnologia ou de novos produtos. Não podemos garantir que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os nossos preços atuais ou objetivos de performance, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias. A incapacidade de desenvolver de um produto com sucesso, ou a decisão de não o completar, particularmente em instâncias em que já incorremos em gastos significativos, poderá nos afetar adversamente.

(c) Nossas atividades e negócios são influenciados diretamente pelo resultado da indústria brasileira e, em parte, pela mundial. Caso o PIB Industrial brasileiro seja reduzido nos próximos anos, poderemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

O crescimento do setor no qual atuamos é altamente influenciado pelo crescimento industrial brasileiro. Nossos principais clientes são fabricantes de bens de capital e bens de consumo duráveis e a expansão de nossas atividades e a implementação de nosso plano de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. Caso a economia brasileira deixe de crescer, ou mesmo mantenha um crescimento pouco expressivo, nossos negócios e atividades poderão ser negativamente influenciados.

O desempenho do setor de bens de capital é fortemente influenciado pelo nível de investimentos realizados no País e pela disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo a custos atrativos.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional e prejudicar nosso resultado operacional e condição financeira.

As interferências governamentais constantes limitam as decisões de investimento da indústria brasileira. Não existem políticas públicas estruturadas para a industrialização do país. A participação da indústria no PIB vem se reduzindo a cada ano.

(d) O BNDES poderá, no futuro, cancelar o programa Finame. Adicionalmente, poderemos não mais ser elegíveis para utilizar essa linha de crédito. Caso qualquer uma dessas hipóteses venha a ser verificada, poderemos não ser capazes de oferecer aos nossos clientes linhas de crédito alternativas a custos similares, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Somos habilitados a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame (ao Fabricante e ao Comprador), que nos confere linhas de crédito concedidas em condições financeiras que acreditamos ser mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado. Essa linha de crédito nos permite conceder financiamento aos nossos clientes em condições financeiras mais vantajosas àquelas praticadas por instituições privadas no mercado brasileiro. Nesse sentido, eventual desligamento da

Companhia em relação a essa linha de crédito, a modificação desse programa ou determinada situação que não nos torne mais elegíveis a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos por nós concedidos a nossos clientes, o que poderá resultar na diminuição de nossas vendas, e, consequentemente, afetar negativamente os nossos negócios.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência de nossos clientes, somos obrigados a arcar com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante no nosso resultado, representando aproximadamente metade da receita operacional líquida consolidada realizada anualmente. Dessa forma, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não sejamos capazes de administrar com sucesso a nossa política de extensão do financiamento a nossos clientes, ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Comprador, o risco na tomada do recurso é do próprio cliente junto ao agente financeiro.

(e) Custos potenciais relacionados ao cumprimento da legislação ambiental, assim como potenciais responsabilidades ambientais, poderão nos causar efeito material adverso.

Nossos estabelecimentos estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde e do meio ambiente. Efetuamos, e continuaremos a efetuar, investimentos significativos para atender a essas disposições. Além disso, uma vez que a legislação ambiental e sua aplicação estão se tornando mais rigorosas, nossos investimentos e despesas referentes ao cumprimento da legislação ambiental poderão aumentar, entretanto, entendemos que isso não irá provocar reduções em outros investimentos estratégicos planejados, não afetando nossa lucratividade.

(f) Estamos expostos a riscos por responsabilidade civil relacionados à recalls de nossos produtos ou prejuízos oriundos das garantias estendidas a nossos produtos, e podemos não ser capazes de manter um seguro adequado para cobrir referidas responsabilidades ou prejuízos.

Nosso negócio nos expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes dos nossos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil. O lançamento de novos produtos poderá fazer com que nós necessitássemos de um recall pelo fato desse produtos não estarem adequados com as especificações previamente aprovadas, o que poderia resultar em uma publicidade negativa, assim como custos relacionados ao recall e perda de receita. Adicionalmente, se nossos produtos contíverem algum defeito de fabricação dentro do prazo de garantia de nossos produtos (que é atualmente de 1 ano), poderemos incorrer em algum prejuízo para repará-los, conforme exige a nossa garantia de fabricação. Entretanto, não há histórico de problemas dessa natureza na Companhia.

Não podemos garantir que a responsabilidade civil ou prejuízo por um produto defeituoso ou uma série de reclamações contra nós não terão um efeito adverso sobre nós. Se qualquer reclamação for proposta contra nós, independente de seu resultado, não podemos garantir que seremos capazes de, no futuro, manter o seguro contra responsabilidade civil ou constituir reservas e provisões para prejuízos em níveis suficientes para fazer frente a tais reclamações, recalls ou solicitações de reparo.

(g) Nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de nossas atividades.

Nossas atividades, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais. Nossos seguros podem cobrir apenas parte dos prejuízos que possam advir de uma eventual interrupção de nossas atividades em decorrência destes ou de outros fatores.

(h) A perda de membros da nossa Alta Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende dos serviços da nossa alta administração. Apesar de termos contrato de pacto de não-concorrência para os principais executivos da Companhia, esse contrato pode não ter o efeito esperado. Adicionalmente, nossa capacidade de administrar nosso crescimento depende de nossa capacidade em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração. A falha em manter os membros da nossa alta administração ou em atrair pessoas competentes, poderá causar um efeito adverso.

### 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

# Item 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

As informações desse item estão contempladas no item "5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado" deste formulário.

# 5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

# Item 5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

As informações desse item estão contempladas no item "5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado" deste formulário.

PÁGINA: 30 de 220

# 5.4 - Outras informações relevantes

# Item 5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 31 de 220

# 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor 19/04/1938

Forma de Constituição do Emissor Sociedade por ações, de capital aberto.

País de Constituição Brasil

Prazo de Duração Indeterminado

Data de Registro CVM 20/07/1977

#### 6.3 - Breve histórico

#### 6.3 - Breve histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 Km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI e IMOR são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de mais de 157.000 unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado mais de 29.200 máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, de 1956 a 1961.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 1.370 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual ao redor de 3.450 máquinas, a linha de produção da Romi constitui-se de tornos paralelos universais, tornos a CNC, centros de usinagem, tornos verticais e horizontais pesados e extrapesados, máquinas injetoras de plástico, máquinas sopradoras de plástico, partes, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e

#### 6.3 - Breve histórico

assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Companhia possui treze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e duas na Alemanha. Possui 7 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Holanda, México e China além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&Bovespa.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados foram utilizados para a realização de investimentos voltado ao aumento da eficiência da Companhia, beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em janeiro de 2008, adquiriu a empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda., tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos.

Em julho de 2008 concluiu a aquisição dos ativos da Sandretto Industrie S.r.l. Tradicional fabricante italiana de injetoras de plástico, o complexo empresarial da Sandretto compreende duas unidades fabris nas cidades italianas de Grugliasco e Pont Canavese, na região de Turim, além de quatro subsidiárias comerciais na Europa e vários centros de serviço, escritórios de venda e representações comerciais em diversos países.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte destinadas especialmente ao setor de energia (eólica).

Em maio de 2009 a Romi concluiu o processo de transferência de tecnologia e das operações da linha de produtos Romicron para a Kennametal Inc.

#### 6.3 - Breve histórico

Em fevereiro de 2010, visando ampliar a presença no mercado global, a Companhia submeteu uma oferta pública para aquisição de todas as ações em circulação da Hardinge Inc. Como certas condições da oferta não foram satisfeitas, em julho de 2010 a Companhia anunciou o encerramento da oferta pela Hardinge.

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas nas suas unidades fabris.

Em junho de 2010, também, foi comemorado seus 80 anos de atuação, onde destaçamos o pioneirismo e inovação da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta.

A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados.

Nos próximos anos, a Romi adicionará produtos B+W ao seu portfólio de máquinasferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

# Item 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

#### (a) Aquisição da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta.

A B+W está instalada em uma região industrial de destaque e polo de desenvolvimento de alta tecnologia em manufatura, em Reutlingen, na Alemanha. Seus produtos são vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social. Ela é reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, e em seu portfólio destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

O valor pago foi de € 20,5 milhões, dos quais € 4,1 referem-se a posição de caixa líquido da empresa. Assim, o "enterprise value" da referida aquisição foi de aproximadamente € 16,4 milhões.

O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fatos relevantes publicados em 22 de dezembro de 2011 e 31 de janeiro de 2012.

# 6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Item 6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

PÁGINA: 37 de 220

# 6.7 - Outras informações relevantes

# 6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

#### 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

#### 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, energia eólica, entre muitos outros.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio. A Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras, é a maior unidade de negócio da Companhia, tendo sido responsável por 71,3% da Receita Operacional Líquida, em 2012. Unidade de Negócio de Máquinas para Processamento de Plástico, correspondeu com 14,7% da Receita Operacional Líquida, fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4.000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton./ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg, tendo contribuído com 14,0% da Receita Operacional Líquida de 2012.

#### Possuímos sete subsidiárias:

A Romi Machine Tools Ltd. é a nossa subsidiária constituída nos Estados Unidos da América sendo a responsável pela importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas pela Romi naquele País.

A Romi Europa GmbH, por sua vez, constituída na Alemanha, é o veículo que a Companhia utiliza para importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas por nós na Europa, além da totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W").

A Romi Italia S.r.I. foi constituída para adquirir um conjunto de ativos da Sandretto Industrie S.r.I. in Amministrazione Straordinaria ("Sandretto"), compreendendo terrenos, prédios, instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, móveis, computadores, software, tecnologia, desenhos, marcas, patentes, informações técnicas e comerciais, além da totalidade do capital social das quatro subsidiárias integrais da Sandretto, situadas no Reino Unido, Holanda, Espanha e França.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear a nossa participação em exposições e feiras.

# 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Rominor, Comércio Empreendimentos e Participações S.A. e a Interocean Comercial, Importadora e Exportadora são as nossas duas subsidiárias no Brasil. Enquanto atualmente a primeira possui e administra alguns imóveis e outros recursos próprios, a segunda é uma sociedade trading que se encontra inativa.

A Sandretto México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### a- Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

<u>Máquinas-Ferramenta</u>: Congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Madrilhadoras, é a maior unidade de negócio da Companhia.

<u>Máquinas para Plásticos</u>: Fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4.000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros.

<u>Fundidos e Usinados</u>: Está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 t/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg.

#### b- Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

em R\$	R\$ exercícios encerrados em 31 de dezembro			
Unidade de Negócio	2012	2011	2010	
Máquinas-Ferramenta	440.358.000,00	407.107.000,00	427.104.000,00	
participoção % na ROL	71,3%	64,5%	63,4%	
Máquinas para Plásticos	90.981.000,00	126.336.000,00	179.413.000,00	
participoção % na ROL	14,7%	20,0%	26,6%	
Fundidos e Usinados	86.222.000,00	97.611.000,00	67.012.000,00	
participoção % na ROL	14,0%	152,5%	9,9%	
Receita Operacional Líquida	617.561.000,00	631.054.000,00	673.529.000,00	

#### c- Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não apura atualmente o lucro líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o lucro operacional e está demonstrada a seguir:

	Máquinas-	Máquinas para	Fundidos e	Total Lucro
	Ferramenta	Plástico	Usinados	Operacional Romi
Lucro (Prejuízo) Operaciona	(7.549.000,00)	(27.954.000,00)	(16.372.000,00)	(51.875.000,00)

## (a) Características do processo de produção

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, a de Máquinas para Plásticos e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em treze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e duas na Alemanha.

Os processos básicos são: fundição; usinagem e chaparia; montagem eletro-eletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o desenvolvimento do produto é realizado por nossas equipes a partir de tecnologia desenvolvida por nós e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado por nossas equipes e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, realizamos (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de sub-sistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. Realizamos ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. Nós recebemos o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas Unidades Fabris 10 e 82 (fundição) e 01 (usinagem), respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) é comprado no mercado local, de fornecedores localizados na região, e o ferramental para usinagem é fabricado em parte pela Companhia. Toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pelas UF10 e UF82 e parte

das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como "rebarbação") é realizada por fornecedores da região. Toda a usinagem de peças fundidas é realizada internamente, nas UF01 e UF11. A fundição (realizada na UF10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 100 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 30 toneladas de peso. A fundição (realizada na UF82) conta com uma linha de moldagem, para peças de até 60 toneladas.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos das suas respectivas unidades de negócios: máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversaspatentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de existência.. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contratos de transferência de tecnologia para Centros de Usinagem e Mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade total fazem parte das estratégias de produção da companhia. Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

A Companhia possui seguro de todo seu imobilizado e os riscos do processo de produção que possam gerar paralização são praticamente inexistentes. A Companhia pratica uma consistente política de seguros, por meio da qual mantém contratadas apólices de "seguros de transportes nacionais e internacionais", "seguro de crédito à exportação", "seguro de veículos" da Companhia, "seguro garantia", "seguro compreensivo" e "seguro de responsabilidade civil". Não possuímos, contudo, quaisquer apólices de seguros e/ou coberturas para lucros cessantes.

#### (b) Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e

assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de estar próxima aos seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de "vendas diretas", sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade especifica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, vendemos uma solução completa para nossos clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

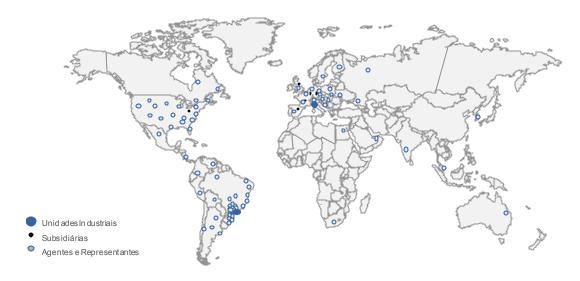
- i. Filiais de vendas cobrindo desde os estados do Amazonas até o Rio Grande do Sul, sendo cada filial com estrutura de vendas, ou seja, proximidade do cliente para o atendimento completo. Nas regiões mais distantes das filiais de vendas, mantemos os vendedores técnicos residentes, bem como técnicos de serviço residentes, todos empregados da Companhia.
- ii. Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- iii. Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Mantemos também uma equipe, não só para o treinamento dos nossos técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- iv. Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame Fabricante.

Em termos promocionais dos produtos, participamos anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo: a Feira Internacional da Mecânica (participação conjunta de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta), a Brasilplast (feira especializada em máquinas para plásticos) e a Feimafe (feira especializada em máquinas-ferramenta). Todos estes eventos ocorrem no parque do Anhembi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Brasilplast e a Feimafe, conhecidas mundialmente, ocorrem no mês de maio e junho respectivamente, nos anos ímpares.

A nossa força de vendas, composta por 203 colaboradores, atende a todos os clientes do Brasil, de forma direta, sem intermediários e revendedores.



A Companhia possui treze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e duas unidades fabris na Alemanha. Possui 6 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Holanda, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.



(c) Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, através de suas filiais de vendas localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, não havendo, portanto, alterações significativas específicas (acréscimos ou reduções) ocorridas nos últimos anos.

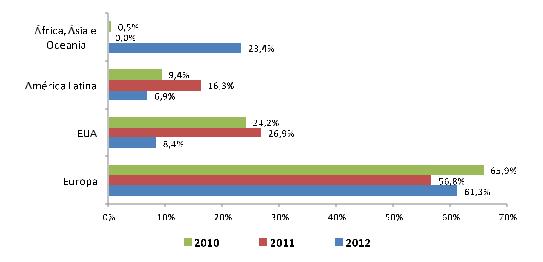
#### Mercado Externo:

A Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. A Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools, Ltd. Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição de nossos produtos, duas Fábricas na Itália com subsidiárias de vendas na Holanda, Espanha, França e Reino Unido. Em linha com a estratégica de ampliação do portfolio a Companha adquiriu a Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa parceria proporcionou o aumento de sua capacidade de oferecer máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social.

Em 2012, as receitas oriundas do mercado externo representaram 30,1% (US\$ 95,2 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 12,1% (US\$ 45,2 milhões) em 2011. Neste período, a Europa representou 61,3% (56,8% em 2011), os EUA representaram 8,4% (26,9% em 2011), a América Latina 6,9% (16,3% em 2011) e a Ásia 23,3%, que não constava no portfolio de vendas da Companhia em 2011, resultante das receitas obtidas pela B+W na China.



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



#### Processo Competitivo:

O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essas unidades de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

Dispomos de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que nos permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados também estamos inseridos em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são Companhia nacionais tais como BR Metals, Voith e Schultz.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar a DebMaq do Brasil Ltda., (Indústrias Nardini S.A.), a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda. e a Heller Máquinas Operatrizes Ltda. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar as japonesas Yamaki Mazak Corportion, Mori Seiki Co., Ltd., Okuma Corporation.. Além destas, podemos citar as Coreanas Hyundai - WIA Machine Corporation e Doosan Infracore Machine Tools (Coréia), a Haas Automation, Inc (EUA) e a DMG - Deckel Maho Gildemeister GmbH (Alemanha).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Haitian do Brasil Itda., Battenfeld do Brasil Itda., Engel do Brasil Itda., Arburg Itda., Milacron do Brasil Itda., Sandretto do Brasil Itda., e Grupo Megga (Megga Plástico). Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Haitian, Arburg, Krauss Maffei, Demag Sumitomo, Sinitron, FCS, CLF, Golden Eagle, FCS/Kai Mei, Grupo Meggae e Chun Power.

Fundidos e Usinados: somos também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atuamos. As nossas peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, agrícola, de energia eólica e de bens de capital. Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, podemos citar a BR Metals, Fundimisa, Fundituba, Hubner, Intercast, Ítalo Landred, Lepe, Schultz, Tupy, Voith, Wetzel, WHB e Sudmetal.

#### (d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas o início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as nossas atividades e é responsável por aproximadamente 63% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de nossos insumos é realizado por aproximadamente 2.190 fornecedores. Cerca de 23% das matérias-primas e insumos comprados são importados principalmente dos Estados Unidos da América ou da Alemanha, os demais 77% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não dependemos de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-

prima ou de insumos. Continuamente analisamos nossos custos e monitoramos os preços de insumos que utilizamos na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros.

Segue abaixo tabela com os nossos principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
Fanue CNC America	Estados Unidos	CNC e Servo-motores
Siemems Λg,	Alemanha	CNC e Servo-matores
PFG Machine Utensili S.R.L.	Itália	Componentes Mecánicos
Lazzati Spa	Itália	Cabeçotes e mesa indexadora
Autoblock Spa	Itália	Comp. Mecânicos e Hidráulicos
Hiwin Technologies Corp.	Taiwan	Guias Lineares e fusos de esferas
Lilz Hitech Corp.	Tawain	Centros de Us nagem
Duplomatic Automation Srl	Itália	Componentes Mecánicos
Royal Precision Tools Corporation	Taiwan	Componentes Mecânicos
New Gifu Enterprise Ltd.	Taiwan	Componentes Mecánicos
Bosch Rexroth Ltda.	Atibaia SP	Componentes Hidráulicos
Soluções Usiminas S.A.	Guarulhos – SP	Chapas de Aço
Foseco Indl. e Coml. LIda	São Paulo – SP	Resinas e Insumos p/ Fundição
MSA Indústria Metalúrgica Ltda.	Santa Bárbara d'Oeste – SP	Itens usinados conforme desenho Romi e serviços de cromagem
ICF Metalúrgica Ltda	Piracicaba SP	Serviços de Rebarbação
Siderpa Siderurg, Paulino Ltda.	Sete Lagoas – MG	Ferro Gusa

#### 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

#### Item 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A nossa rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil conta com mais de 30 localidades, através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Possuímos aproximadamente 6.000 clientes ativos nas unidades de negócio de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, 18.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e 435 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. Consideramos clientes ativos aqueles que compraram nossos produtos nos últimos 5 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da nossa carteira de clientes em nossa receita operacional líquida:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2012
10 maiores	18,24%
20 maiores	25,97%
50 maiores	37,50%
100 maiores	47,07%
200 maiores	58,46%
500 maiores	76,35%

Grande parte da base de nossos clientes é composta por pequenas empresas familiares.

#### (a) Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

#### (b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### Item 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as nossas unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade competente, para a expedição do respectivo alvará (licença de funcionamento).

Na data deste Formulário de Referência, nossos estabelecimentos estão devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estamos sujeitos, mantemos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros de nossos produtos estão em vigor.

(b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos Administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como conseqüéncia, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a

PÁGINA: 52 de 220

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Submetemos nosso Sistema de Gestão Ambiental à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2004, tendo sido certificado em 12 de agosto de 2005 e recertificada em 5 de setembro de 2011, as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o seu compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2012, 2011 e 2010, foram respectivamente R\$ 3.426.000,00 R\$ 5.474.000,00 e R\$ 3.448.000,00.

# (c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos comprometidos com a qualidade de nossos produtos e serviços, com o objetivo de assegurar a satisfação dos nossos clientes, manter nossa competitividade e o nosso crescimento. Nossa filosofia é a melhoria contínua de nossos processos.

O processo de desenvolvimento tecnológico é de responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos e das suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

Nosso desenvolvimento tecnológico próprio, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia. Além do desenvolvimento próprio, temos complementado nosso acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Possuímos 52 patentes em vigor, sendo 4 no Brasil e 48 no exterior, além de 1 patente requerida no exterior. Além disso, possuímos o registro de 19 marcas no Brasil e de 92 no exterior, sendo que mais 3 foram requeridas no Brasil.

PÁGINA: 53 de 220

# 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

#### Item 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

# (a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2012, 2011 e 2010 está evidenciada no quadro a seguir.

# (b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

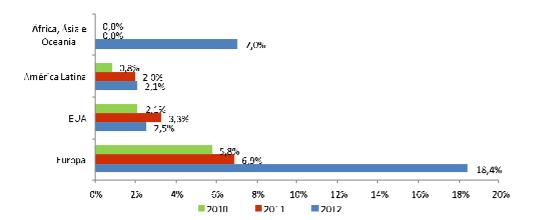
A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2012, 2011 e 2010 está evidenciada no quadro a seguir.

em R\$	exercícios encerrados em 31 de dezembro de			
Mercados	2012	<b>20</b> 11	2010	
Mercado Interno	431.827.000,00	554.767.000,00	614.753.000,00	
participação % na ROL	69,9%	87,9%	91,3%	
Mercado Externo	185.734.000,00	76.287.000,00	58.786.000,00	
participação % na ROL	30,1%	12,1%	8,7%	
Receita Operacional Líquida	617.561.000,00	631.054.000,00	673.539.000,00	

### (c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Mercado Externo % sobre ROL	2012	2011	2010
Europa	18,4%	6,9%	5 <b>,8</b> %
EUA	<b>2</b> ,5%	3,3%	2,1%
América Latina	2,1%	2,0%	0,8%
África, Ásia e Oceania	7,0%	0,0%	0,0%
Mercado Externo	30,1%	12,1%	8,7%

# 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior



## 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

## Item 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países.

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

PÁGINA: 57 de 220

# Item 7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1º de maio de 2007, objetivando adequar o volume de energia elétrica originalmente contratado às atuais necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais um ano, ou seja, até 31 de dezembro de 2014, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M:

Ano de fornecimento	Valor
2013	11.140.537,00
2014	9.982.044,00
Total	21.122.581,00

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

Anualmente publicamos o Relatório Anual Romi. Parte cada vez mais importante do relatório, os Indicadores de Sustentabilidade Romi, têm sido produzidos com base no GRI - Global Reporting Initiative, que é a principal ferramenta de comunicação do nosso desempenho social, ambiental e econômico. O modelo de relatório da GRI é atualmente o mais completo e mundialmente difundido e aceito pois proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. Este site documento pode ser encontrado no da Companhia (<u>www.romi.com/investidores/relatorioanual</u>).

# 7.9 - Outras informações relevantes

# 7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 59 de 220

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

#### Item 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

#### (a) Controladores diretos e indiretos

Abaixo, são apresentadas as tabelas contendo a posição acionária dos controladores da Companhia, em 31 de dezembro de 2012:

74.757.547 100,00% 74.757.547 100,00%

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E C. ASSE

n unio a des			
Ordinárias % Tota %	Ordinárias	CNPJ	Acionista
0001-12	27.166.190	51.319.358/0001-1 <i>2</i>	Fênix Empreendimentos S.Λ.
0001 04	4 5.330.000	000.360.305/0001 04	Caixa Lconômica Federal
0001-12 5.527.900 7,39% 5.527.900 7,39%	2 5.527.900	005.839.127/0001-12	Genesis Smaller Companies (1)
0001-50 7.016.145 9,39% 7.016.1 <b>4</b> 5 9,39%	0 7.016.14	034.053.942/0001-50	Fundação Petrobra de Seguridade Social - Petros
29.717.312 39,75% 29.717.312 39,75%	29.717.312		Demais
0001-12     27.166.190     36,34%     27.166.190     36,3       0001-04     5.330.000     7,13%     5.330.000     7,1       0001-12     5.527.900     7,39%     5.527.900     7,3       0001-30     7.016.145     9,39%     7.016.145     9,3	27.166.190 4 5.330.000 2 5.527.900 0 7.016.145	.51.319.358/0001-12 000.360.305/0001-04 005.839.127/0001-12	Fênix Empreendimentos S.A. Caixa Lconômica Federal Genesis Smaller Companies (1) Fundação Petrobra de Seguridade Social - Petros

<sup>(1)</sup> Administrador de fundos - inglaterra

# POSIÇÃO DOS CONTRO ADORES posição em 31 de dezembro de 2012

Composição	quantidade de ações	%
Controladores		
Fênix Empreendimentas S.A.	27.166.190	36,34%
Famílias Romi e Chiti	6.879.810	9,20%
Fundação Romi	1.406.260	1,88%
	35,452,260	47,42%
Diretoria	9.500	0,01%
Conselho de Administração	50.953	0,07%
Ações em tesouraria	2.999.900	4,01%
Em circulação	36.244.934	48,48%
Total	74.757.547	100,00%

#### (b) Controladas e coligadas

Possuímos sete subsidiárias:

A Romi Machine Tools Ltd. é a nossa subsidiária constituída nos Estados Unidos da América sendo a responsável pela importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas pela Romi naquele País.

A Romi Europa GmbH, por sua vez, constituída na Alemanha, é o veículo que a Companhia utiliza para importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas por nós na Europa, além da totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W").

A Romi Italia S.r.l. foi constituída para adquirir um conjunto de ativos da Sandretto Industrie S.r.l. in Amministrazione Straordinaria ("Sandretto"), compreendendo terrenos, prédios, instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, móveis, computadores, software, tecnologia, desenhos, marcas, patentes, informações técnicas e comerciais, além da totalidade do capital social das quatro subsidiárias integrais da Sandretto, situadas no Reino Unido, Holanda, Espanha e França.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear a nossa participação em exposições e feiras.

A Rominor, Comércio Empreendimentos e Participações S.A. e a Interocean Comercial, Importadora e Exportadora são as nossas duas subsidiárias no Brasil. Enquanto atualmente a primeira possui e administra alguns imóveis e outros recursos próprios, a segunda é uma sociedade trading que se encontra inativa.

A Sandretto México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia.

## (c) Participações do emissor em sociedades do grupo

As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item "a" acima.

## (d) Participações de sociedades do grupo no emissor

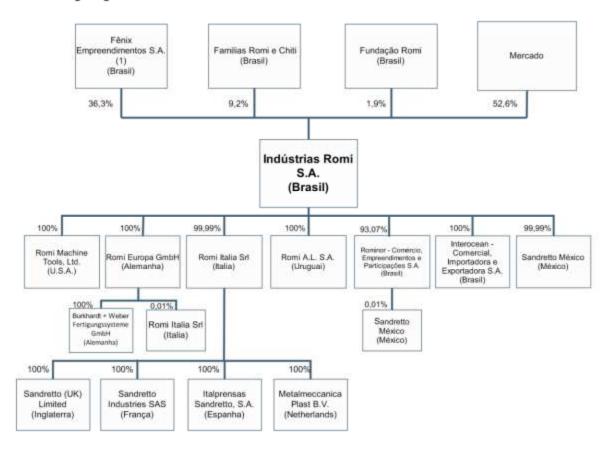
As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item "a" acima.

#### (e) Sociedades sob controle comum

Informado no item 8.2.

## Item 8.2 - Organograma do Grupo Econômico

#### Organograma Societário



<sup>(1)</sup> Fênix Emprendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

## 8.3 - Operações de reestruturação

23/04/2013 Data da operação Evento societário Outro

Descrição do evento societário Liquidação Voluntária

"Outro"

Descrição da operação

A Romi iniciou tratativas com órgãos sindicais e da administração italianos em 16 de março de 2012, visando à adequação da estrutura da Romi Itália à situação de mercado, que se mantém adversa desde a sua aquisição ocorrida em 2008. Após diversas tentativas de realização de tal plano, e tendo em vista o agravamento da situação econômicofinanceira da Romi Itália, a Administração da Companhia concluiu pela descontinuidade das operações locais como sendo a solução que melhor atende aos interesses da Companhia e à geração de valor ao acionista, alinhada ao seu plano estratégico.

Data da operação Evento societário 31/01/2012

Alienação e aquisição de controle societário

Descrição da operação

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta. 🗆 A B+W está instalada em uma região industrial de destaque e polo de desenvolvimento de alta tecnologia em manufatura, em Reutlingen, na Alemanha. Seus produtos são vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social. Ela é reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, e em seu portfólio destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre

A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados. Nos próximos anos, a Romi adicionará produtos B+W ao seu portfolio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha.

O valor pago foi de € 20,5 milhões, dos quais € 4,1 referem-se a posição de caixa líquido da empresa. Assim, o "enterprise value" da referida aquisição foi de

aproximadamente € 16,4 milhões.

Data da operação 22/11/2011 Evento societário Outro

Descrição do evento societário Recompra de ações "Outro"

Descrição da operação

Em 22 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22/08/2011 e 16/08/2012 e a quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado.

Durante a vigência do Programa, a Companhia adquiriu 2.999.900 ações no montante de R\$ 17.849.918,18, representando um valor médio de aquisição de R\$ 5,95 por ação. □

Essas ações adquiridas impactaram o cálculo do lucro por ação do período. □ O objetivo da Companhia com o Programa foi maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis. dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.

# 8.4 - Outras informações relevantes

# Item 8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

#### 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

## Item 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não temos outros bens relevantes, além dos que serão tratados nos itens 9.1.a. — Ativo Imobilizado, 9.1.b. — Patentes/marcas/licenças e 9.1.c. — Participação em sociedades.

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio da nova Fundição UF82	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio da Fábrica da UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Infraestruturas externas do projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
DEPÓSITO MULTIUSO	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
FORNO Nº 01 - FORNOS A INDUÇÃO ABP	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
FORNO Nº 02 - FORNOS A INDUÇÃO ABP	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Forno para Tratamento Térmico 40 ton # série 134/08	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
FRESADORA ESPECIAL CNC MOD.FPU 682 ZAYER	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
FRESADORA HORIZONTAL ESPECIAL INGERSOLL MOD FHE 750	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Mandrilhadora Lazzati Modelo Line T-TYPE HB130T	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Ponte Rolante Dupla Viga GH # série 500132A	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
PRÉDIO RESTAURANTE DO DISTRITO	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Retificadora de Barramento Waldrich Coburg Modelo 40.1052525	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Terreno na Rodovia SP 304 Registro #1730 e 5528	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Torno Vertical VT 2500 Romi V1.0	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Infraestrutura do projeto Vulcano	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício industrial da UF10	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício Industrial da UF11	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de 62,92 ha nas proximidades do distrito industrial e rodovia dos bandeiran	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de logística - projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito de resíduos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma MCR-BII	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna modelo MCR-A5	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma tipo pórtico	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito do almoxarifado geral	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de terras na Rodovia SP 304	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Licença de uso de programas Oracle	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Camara de jateamento com 12 turbinas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Retifica plana modelo SF-3	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Romi PH 800 Eixo Y	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria

PÁGINA: 66 de 220

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquina automática para moldagem de areia verde	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Ponte rolante dupla viga modelo carro guincho	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina laser de comando numérico para corte de chapas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Linha de distribuição interna para subestação de energia elétrica	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina para retificar superfícies planas com duas colunas portal	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de exaustão dos fornos de indução bernauer	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de despoeiramento dos desmoldadores	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de Estoque de Máquinas UF15 e UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Mandrilhadora Lazzati modelo Line T - Type HB 130T	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Torno Centur 80 Romi V1.0 5000mm	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
Depósito para Estação de Tratamento de Efluentes no Distrito	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria
DEPÓSITO DE INFLAMÁVEIS	Brasil	SP	Santa Bárbara D'oeste	Própria

PÁGINA: 67 de 220

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Cessão de direitos de tecnologia e propriedade intelectual para fabricação de máquinas sopradoras	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Transferência de tecnologia entre Romi e Lazzati para fabricação de máquinas para plástico	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Contrato de transferência de tecnologia celebrado entre Romi e PFG S.R.L. em 13/05/2010.	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Transferência de Tecnologia entre Romi e Litz Hitech	Não aplicável	5 anos	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Helen Acquisition Corp.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	NY	New York	Holding não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,00000	0,00000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	0,00		
31/12/2011	0,00000	0,00000	0,00	1 1 1				
31/12/2010	0,00000	0,00000	0,00	I I I				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
A Companhia tinha por	objetivo, com essa sociedade,	efetivas aquisições d	e outras socidades fora do Brasil	l. Em fevereiro de	2011, a Compar	nhia decidiu retornar o capital in	vestido nessa companhia.	
Interocean Comércio Importadora e Exportadora	62.091.038/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Barbara d Oeste	"Trading" inativa nos períodos apresentados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	-0,317394	0,00000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	8.063,17		
31/12/2011	30,515600	0,00000	0,00	! !				
31/12/2010	-15,000000	0,00000	0,00	!				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
"Trading" in ativa nos pe	ríodos apresentados.							
Romi A.L. S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai		Montevidéu	Representação comercial para a América latina.	a 100,000000
				Valor mercado	31/12/2012	0,00		
31/12/2012	0,275490	0,00000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	2.545.966,17		
31/12/2011	39,585200	0,00000	0,00	I I				
31/12/2010	-0,150000	0,00000	0,00	I I				
Razões para aquisição	e manutenção de tal partici	pação						
Representação comerci	al para a América latina.							
Romi Europa GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha		Munique	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2012	0,301619	0,00000	0,00	Valor contábil	31/12/2012	66.718.183,24		

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
31/1 2/2 011	4542,917700	0,00000	0,00				
31/12/2010	-0,557692	0,00000	0,00				
Razões para aquisiçã	io e manutenção de tal partici	oação					
É estratégico para a Co	ompanhia manter uma assistên	cia técnica permanent	e, para seus clientes nos contine	entes referenciados.			
Romi Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Itália	Turin	Desenvolvimento de projetos, produção e venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-prima plásticas.	
				Valor mercado			
31/12/2012	-0,463691	0,00000	0,00	Valor contábil 31/12/2012	12.890.804,12		
31/12/2011	-57,973500	0,00000	0,00				
	0.210511	0.000000	0,00				
	-0,210511 io e manutenção de tal partici						
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools,	io e manutenção de tal partici	pação	exportação de máquinas e equip Controlada		o de matéria s-prima s plástica s. Erlanger	Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,00000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools,	io e manutenção de tal partici rojetos, produção e venda, distri	pação	exportação de máquinas e equip	amentos para o processament		fundidos e usinados para a América do	100,00000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.	io e manutenção de tal partici rojetos, produção e venda, distri	pação	exportação de máquinas e equip	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado		fundidos e usinados para a América do	100,00000
	io e manutenção de tal partici rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00	buição, importação e - 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger	fundidos e usinados para a América do	100,00000
Razões para aquisição Desenvolvimento de pro Romi Machine Tools, Ltd. 31/12/2012	io e manutenção de tal partici; rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00	buição, importação e - 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger	fundidos e usinados para a América do	100,00000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd. 31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010	io e manutenção de tal partici rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00 0,378101 -38,543800	oação buição, importação e - 0,000000 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger	fundidos e usinados para a América do	100,000000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.  31/1 2/2012 31/1 2/2011 31/1 2/2010 Razões para aquisiçã	io e manutenção de tal partici rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00 0,378101 -38,543800 0,173694	oação buição, importação e - 0,000000 0,000000 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00 0,00	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger	fundidos e usinados para a América do	100,00000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.  31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010 Razões para aquisiçã	io e manutenção de tal partici; rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00 0,378101 -38,543800 0,173694 io e manutenção de tal partici	oação buição, importação e - 0,000000 0,000000 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00 0,00	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger	fundidos e usinados para a América do	
Razões para aquisição Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.  31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010 Razões para aquisição Distribuição de máquin Rominor Comércio Empreendimentos e	rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00 0,378101 -38,543800 0,173694 to e manutenção de tal partici	oação buição, importação e - 0,000000 0,000000 0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00 0,00 0,00 do Norte	amentos para o processament Estados Unidos Valor mercado Valor contábil 31/12/2012	Erlanger -4.889.651,26	fundidos e usinados para a América do Norte.  Empreendimentos e participações em	93,070000
Razões para aquisiçã Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.  31/12/2012 31/12/2010 Razões para aquisiçã Distribuição de máquin Rominor Comércio Empreend imentos e Participações S.A.	rojetos, produção e venda, distri 00.000.000/0000-00 0,378101 -38,543800 0,173694 to e manutenção de tal partici	0,0 00000 0,0 00000 0,0 00000 0,0 00000 0ação ados para a América	exportação de máquinas e equip Controlada 0,00 0,00 0,00 do Norte	amentos para o processament Estados Unidos  Valor mercado  Valor contábil 31/12/2012  Brasil SP	Erlanger  -4.889.651,26  Santa Barbara d Oeste	fundidos e usinados para a América do Norte.  Empreendimentos e participações em	
Razões para aquisição Desenvolvimento de pr Romi Machine Tools, Ltd.  31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010 Razões para aquisição Distribuição de máquin Rominor Comércio Empreendimentos e	io e manutenção de tal partici, rojetos, produção e venda, distri 00.000.000.000/0000-00  0,378101 -38,543800 0,173694 io e manutenção de tal partici, nas-ferramenta e fundidos e usir 84.696.814/0001-00	0,000000  0,000000  0,000000  0,000000  0,000000	exportação de máquinas e equip Controlada  0,00 0,00 0,00 do Norte Controlada	Estados Unidos  Valor mercado  Valor contábil 31/12/2012  Brasil SP	Erlanger  -4.889.651,26  Santa Barbara d Oeste	fundidos e usinados para a América do Norte.  Empreendimentos e participações em	

# 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisiçã	Razões para aquisição e manutenção de tal participação							
Empreendimentos e pa	rticipação em geral.							
Sandretto México	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia	100,000000
				Valor mercade	0			
31/12/2012	0,350786	0,000000	0,00	Valor contábi	il 31/12/2012	22.910,39		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	)¦				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00	) 				
Razões para aquisiçã	Razões para aquisição e manutenção de tal participação							
comercialização e pres	tação de serviços relacionados	aos produtos fabrica	dos pela Companhia no México.					

# 9.2 - Outras informações relevantes

# Item 9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

### Item 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2012 para a Romi foi marcado por queda no volume de vendas, em decorrência da baixa performance da indústria nacional, que desestimula a realização de novos investimentos. Com relação às medidas governamentais, desoneração da folha de pagamento, redução de juros e aumento da alíquota de importação houve impactos positivos no final do exercício, evidenciado pela melhora na entrada de pedidos e na receita operacional líquida.

Embora a utilização da capacidade instalada da indústria continue demonstrando bons níveis (ainda acima de 80%), a regularização dos estoques e a retomada da produção poderão abrir caminho para a volta do crescimento. Entretanto, o cenário de incertezas em relação a uma retomada sustentável da indústria prejudica a confiança do industrial na decisão de realizar novos investimentos.

#### (b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

#### (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, através do planejamento e controle constante dos seus ativos e passivos financeiros acredita não haver sinalização negativa em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são, em sua maioria representadas por financiamentos junto ao BNDES, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis, a partir de 05/02/2013 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com). Em 31 dezembro de 2012, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 82.320 e dívidas financeiras de R\$ 222.682, resultando em uma dívida líquida no montante de R\$140.362.

#### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de captação de recursos da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

#### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia (consolidado), em 31 de dezembro de 2012 possuía os seguintes níveis de endividamento:

Caixa e equivalentes de caixa Financiamentos (parcelas do circulante) Financiamentos (parcelas do não circulante)	82.320 (70.192) (152.490)
Dívida líquida (valor de caixa e equivalentes de caixa deduzido dos financiamentos)	(140.362)
Patrimônio líquido  Níxel de endividamente financeiro (dívida líquida / natrimônio	635.527
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	22,09%

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

					<u>Amertização do</u>	
	<u>rel</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Verdimento</u>	<u>orine pa</u>	Encargos financeiros
Financiamentos de exportação (R\$)	E)	17 512		15/12/2013	Parcela unica	TJLP + 3,5% ac ano
Enanciamentos de exportação (R\$)	0)		52 040	15/06/2015	Parcela unica	4,5% a 9% so ano
_lmopilizado (R\$)	<b>c</b> )	29 944	68 189	15/11/2017	Mensal	TLLP + Juros de 1,3 si 2% ao and
						TLLP a 12,5% ad and il Juros de 1,3% ao and, pagos
_ F NAV E diversos (R\$)		4 933	5 244	15/06/2010	Mensal	mensalmente com alamentização do principa
Capital de giro		49/7	15 838	15/08/2015	Mensal	TLP + Juros de 3,1% ao ano
Saques refinanciados (R\$)		2 049	1 484	15/06/2013	Mensal	∐BOR – 1% de "spresd"
Financiamentos importação de Bens (FINIMF)		8 220	-	11/03/2013	Parcela unica	Libor – juros de 2,58% + 2% comissão ao ano
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - capítal de giro - Libra ester ina		2 087	-	50/11/2013	Semestra	BBOR – Juros de 1,63% ao ano
Burkhardt – Weger (B+W) - Financiamento contrução i - €	d)	-	9 700			2% во впо
Outros		500				
		<u> 70 132</u>	152 / 93			

(a) A Companhia poriga-se a exportar, até a data de l'quidação do contrato, o equivalente ad va or contratado em moeda national convertido para didares americanos pela tava de cámbio da data do contrato, dezembro de 20

[b] A Companhia obrigasse a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente ao valor contratado em moeda nacional convert do para có ares americanos pela taka de câmbio da deta do contrato, dezembro de 20

(c) Durante o ano de 2011, a Companhia assinou ad tivo contratual com o BVDES, substituindo as garantias finance ras por hipoteca de imbireis de propriedade da Compannia, com os equipamentos nele instal

(d) Burente o andice 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanna) no montante de R\$ 9.361 mil (equivalente a 6.3.6 mil nões) , o qual é suporta Wiscorraufbau).

Formulário de Referéficiarazo de subosdinas a control de Referéficiarazo de suboscipa de Referéficia razo de Refereficia razo de

#### 10.1 - Condições fiinanoeiras leopatrição piais gedáis as da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos da Companhia não possuem cláusulas de índices financeiros "covenants" a serem atendidas. Certas obrigações relacionadas aos financiamentos de exportação estão descritas no Anexo I.

#### (g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem nenhum empréstimo já contratado com recursos ainda não liberados.

#### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	<u>31/12<b>/12</b></u>	<u>31/12/11</u>
Ativo:		
Circulante (a)	868.278	<del>9</del> 50.348
Não circulante (b)	<u>746.282</u>	<u>831.086</u>
Total do ativo	<u> 1.614.560</u>	<u>1.781.434</u>
Passivo:		
Circulante (c)	489.931	512.924
Não circulante (d)	487.359	588.766
Patrimônio líquido	635.527	677.7 <b>7</b> 6
Participação dos não controladores	<u> 1.743</u>	<u>1.968</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u> </u>	<u>1.781.434</u>

- a) A variação refere-se: i) Geração de caixa através da redução do saldo de estoques, ii) recursos consumidos pela aquisição da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme (B+W) (cerca de R\$ 40,9 milhões) e, pelas atividades da companhia, como resultado, principalmente da redução da geração de caixa medido pelo EBTIDA de 2012.
- b) A variação é representada pela redução no saldo de valores a receber repasse Finame Fabricante (aproximadamente R\$ 165,6 milhões), devido principalmente a redução das vendas da Companhia, assim como na redução das operações de repasse Finame Fabricante em substituição a modalidade de Finame comprador, compensados pelo aumento imposto renda diferido (aproximadamente R\$ 18,4 milhões), devido principalmente aos prejuízos fiscais de 2012, e pelo aumento dos ativos imobilizado e intangível, como resultado da aquisição da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme (B+W) (cerca de R\$ 74 milhões).
- c) A variação é representada pela redução do saldo de empréstimos da Companhia como resultado do alongamento do perfil desse passivo para o longo prazo, e pelo aumento do saldo de adiantamento de clientes pela aquisição da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme (B+W) (aproximadamente R\$ 30,1 milhões) devido ao fato de que os pedidos de vendas de máquinas serem somente executados mediante a um percentual de adiantamento por parte dos clientes.
- d) A variação do saldo deve-se a diminuição das operações de valores a pagar Finame Fabricante, pelas razões descritas no item (b), compensados pelo aumento do saldo de empréstimos e financiamentos devido ao alongamento do perfil, mencionado no item (c).
- e) A receita operacional líquida apresentou diminuição de 2,14% em comparação com o ano de 2011, atingindo R\$ 617,6 milhões. Esse resultado foi alcançado devido à aquisição da B+W, que contribuiu com uma receita operacional líquida de R\$ 120,2 milhões.
  - O ano de 2012 foi marcado pela queda no volume de vendas, em decorrência do baixo desempenho da indústria nacional, que desestimula a realização de novos investimentos, ainda que apresentando impactos positivos no 4 T12, como resultado principalmente das medidas governamentais. Mais especificamente, em relação as unidades de negócio da Companhia, notou-se que a queda do volume na unidade de Máquina-Ferramentas e fundidos e usinados, se deve ao recuo na

PÁGINA: 77 de 220

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

produção de veículos automotores e a introdução da norma Euro 5, para o segmento de caminhões. Já no caso das Máquinas para Plásticos, a Romi vem sofrendo forte concorrência de produtos importados, principalmente vindos da China.

Em 2012, as receitas oriundas do mercado externo representaram 30,1% (US\$ 95,2 milhões) da Receita Operacional Líquida, 108,5% superior quando comparado com 2011, quando as exportações representaram 12,1% (US\$ 45,2 milhões). Neste período, a Europa representou 61,3% (56,8% em 2011), os EUA representaram 8,4% (26,9% em 2011), a América Latina 6,9% (16,3% em 2011) e a Ásia 23,3%, que não constava no portfolio de vendas da Companhia em 2011, resultante das receitas obtidas pela B+W na China.

f) A margem bruta obtida pela Companhia diminuiu 6,0 pontos percentuais em relação a 2011, de 27,4% para 21,4%. Já a margem operacional de 2012 foi 6,6 pontos percentuais inferior ao obtido no ano anterior, passando de uma margem negativa de 1,8% para 8,4%.

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Resultados Financeiros, Impostos, Depreciação e Amortização) em 2012 foi negativa em R\$ 14,3 milhões negativos, com margem EBITDA negativa de 2,3%.

Pelo fato de as despesas operacionais da Romi possuírem características mais fixas do que variáveis, a diminuição do volume de vendas afeta diretamente as margens da Companhia. Diante da diminuição das vendas em 2012, ajustes operacionais foram realizados ao longo do ano, além da contínua implementação de projetos de eficiência operacional para otimização dos processos de planejar e produzir, dos níveis de estoques e das despesas operacionais. Como acontece todo ano, em novembro foi celebrado o acordo coletivo anual, que representou um incremento de 6,6% sobre a folha de pagamento.

g) O prejuízo líquido em 2012 foi de R\$ 37,4 milhões, resultado inferior ao obtido em 2011, impactado pela retração das vendas no período, e por consequência, baixa diluição dos custos fixos, uma vez que os custos fixos da Companhia possuem características mais fixas do que variáveis.

#### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### Item 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de: máquinas ferramenta, máquinas para plásticos, peças de reposição, reforma de máquinas, peças fundidas e/ou usinadas e prestação de serviços de assistência técnica e outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A margem bruta obtida pela Companhia diminuiu 6,0 pontos percentuais em relação a 2011, de 27,4% para 21,4%. Já a margem operacional de 2012 foi 6,6 pontos percentuais inferior ao obtido no ano anterior, passando de uma margem negativa de 1,8% para 8,4%.

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Resultados Financeiros, Impostos, Depreciação e Amortização) em 2012 foi negativa em R\$ 14,3 milhões negativos, com margem EBITDA negativa de 2,3%.

Pelo fato de as despesas operacionais da Romi possuírem características mais fixas do que variáveis, a diminuição do volume de vendas afeta diretamente as margens da Companhia. Diante da diminuição das vendas em 2012, ajustes operacionais foram realizados ao longo do ano, além da contínua implementação de projetos de eficiência operacional para otimização dos processos de planejar e produzir, dos níveis de estoques e das despesas operacionais. Como acontece todo ano, em novembro foi celebrado o acordo coletivo anual, que representou um incremento de 6,6% sobre a folha de pagamento.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A principal razão pela redução da receita operacional líquida na Companhia (controladora) deve-se a diminuição no volume de vendas devido aos motivos mencionados no item h letra e do 10.1. No consolidado, a receita gerada pela recém adquirida B+W, manteve o mesmo nível de vendas apuradas no ano anterior.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não alteraram significativamente o resultado operacional da Companhia no exercício de 2012.

PÁGINA: 79 de 220

# Item 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2012.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em janeiro de 2012 a Companhia adquiriu através da subsidiária integral Romi Europa GmbH ("Romi Europa"), a totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W").

#### c. Eventos ou operações não usuais

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

# Item 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2012.

#### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

#### c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A ênfase contida no relatório do auditor independente refere-se à diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS nas demonstrações financeiras individuais no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, sendo que nas demonstrações financeiras individuais esses investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

#### Item 10.5 - Políticas contábeis críticas

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

#### 1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso de Indústrias Romi S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

#### (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigentes a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 2. Investimentos em empresas controladas - Consolidação

#### (a) Controladora:

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento.

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

#### (b) Consolidado:

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre e com as controladas foram eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

#### (c) Combinações de negócios

A Companhia adota o método de aquisição a combinações de negócios, quando a Companhia adquire controle, mensurando o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Os custos de transação, que não

sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida (deságio), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

#### 3. Conversão de saldos em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, exceto investimentos, consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### (a) Moeda funcional das controladas

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil.

A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

#### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

#### Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Financiamentos", no passivo circulante, se aplicável.

#### 5. Ativos financeiros

#### (a) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, valores a receber — repasse Finame Fabricante e outros créditos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### (b) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 6. Duplicatas a receber e Valores a receber – repasse FINAME fabricante

As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

#### 7. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição.

A Administração avalia periodicamente a necessidade de registrar provisão para estoques de baixa rotatividade ou estoques obsoletos e quando esses indicativos são identificados a provisão é registrada em "Custo dos produtos e serviços vendidos". A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

#### 8. Imobilizado

É avaliado ao custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 9. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

#### 10. Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis (cessão de direito e outros) são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de pedidos) são registrados pelo valor justo na data de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

# 11. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

#### 12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 13. Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

#### (a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### (b) Financiamentos e Financiamentos FINAME fabricante

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### (c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

#### 14. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários foram contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 8,2% ao ano (10,9% em 31 de dezembro de 2011), a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - "ANBID".

#### 15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

#### 16. Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia .

#### 17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

#### 18. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### 19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 20. Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, das devoluções, dos descontos incidentes, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

PÁGINA: 90 de 220

#### (a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

#### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 21. Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

#### Provisão para garantias

A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

#### 22. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia possui somente arrendamentos mercantis operacionais.

#### 23. Estimativas e julgamentos contábeis críticos na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Vida útil de ativos de longa duração.
- Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa.
- Realização e obsolescência dos estoques.
- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.
- Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço.
- Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

#### 24. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis.

(a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

#### IFRS:

Norma	Assunto
Alterações IFR\$ <b>7</b>	Instrumentos Financeiros: divulgações "sobre transferências de ativos financeiros
Alterações IFRS 1	Adoção Inicial do IFRS: sobre remoção de datas fixas e hiperinflação
Alteração ao IAS 12	Impostos sobre a Renda sobre tributos diferidos
CPC/CVM:	

Norma Assunto

CPC 18(R1)/ Deliberação No. 688 Investimento em Coligada e em Controlada.

CPC 30(R1)/ Deliberação No. 692	Receitas
	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações
	separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do
ICPC 09(R1)/Deliberação No. 687	método da equivalência patrimonial
CPC 40(R1)/Deliberação No. 684	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
	Contabilização da proposta de pagamento de
ICPC 08(R1)/Deliberação No. 683	dividendos

(b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### IFRS:

Norma	Assunto
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras
IAS 19	Benefícios a Empregados
IFRS 7	Instrumentos financeiros: Divulgações
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
	IAS 12 (Imposto de renda), IAS 19 ( Plano de Beneficio a Empregados), IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Financeiras), IAS 32 (Instrumentos
Alterações diversas	Financeiros – Apresentação), IFRS 7 (Instrumentos Financeiros – divulgação),

#### CPC/CVM:

_Norma	Assunto
CPC 36(R3)/ Deliberação No.	
698	Demonstrações Consolidadas
CPC 45/ Deliberação No. 697	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46/ Deliberação No. 699	Mensuração do Valor Justo

Instrução No. 527

Dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA e LAJIR

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

#### 25. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

PÁGINA: 94 de 220

Item 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

É entendimento da Administração que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há pontos relevantes a serem reportados.

# Item 10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

#### (a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve nenhuma captação de recursos através de oferta pública de distribuição de valores mobiliários desde 2008.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados foram utilizados para a realização de investimentos voltado ao aumento da eficiência da Companhia, beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

#### 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

#### Item 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (itens não contabilizados), tais como:
  - i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iv. Contratos de construção não terminada
  - v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente ao exercício social findo 31 de dezembro de 2012.

#### (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos e/ou passivos que não estejam registradas nas suas demonstrações financeiras e/ou não divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

ltem 10.9 - Comentários sobr	e itens não evidenciados nas	demonstrações financeiras
------------------------------	------------------------------	---------------------------

(a)	Como tais itens	alteram ou	u poderão vir	a alterar a	as receitas,	as despesas,	o resultado	operacional,	as	
	despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor									

Não aplicável.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

#### 10.10 - Plano de negócios

#### Item 10.10 - Plano de negócios

#### (a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2013, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, e determinados projetos não relevantes para expansões pontuais.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2013 através de capital próprio ou através de financiamentos oferecido pelo BNDES.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Administração da Companhia com base nas negociações junto ao Sindicato dos Trabalhadores e com órgãos da administração pública italianos obteve acordo para postergar até o primeiro semestre de 2013, as ações de reestruturação para adequar a estrutura da Romi Itália à atual situação de mercado ("reestruturação"), visando evitar as paralizações operacionais na subsidiária.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

#### (c) Novos produtos e serviços, indicando:

Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

PÁGINA: 99 de 220

## 10.10 - Plano de negócios

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2012 o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 21.451 (R\$ 26.085 em 2011).

PÁGINA: 100 de 220

### 10.11 - Outros fatores com influência relevante

Item 10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

PÁGINA: 101 de 220

#### Item 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

#### (a) Objeto da projeção (guidance)

Para o ano de 2013 não divulgamos *guidance* pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

PÁGINA: 102 de 220

## 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

## Item 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercado em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2013, esse acompanhamento se torna "não aplicável".

PÁGINA: 103 de 220

#### (a) Atribuições do Conselho de Administração:

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) membros independentes, com mandato unificado de 1 (um) ano, , e por uma Diretoria, composta por, no mínimo, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e por até 7 (sete) Diretores, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

- i. Definir a missão, as políticas e os objetivos gerais e estratégicos da Companhia, supervisionar a gestão, e atuar diligentemente em prol dos interesses da Companhia e de todos os acionistas, visando à criação de valor no longo prazo, dispondo sobre:
  - a) A estratégia de negócios da Companhia;
  - b) O planejamento das atividades da Companhia;
  - c) Os programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
  - d) A adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
  - e) A abertura e encerramento de subsidiárias, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, ou alteração nos já existentes; no país e/ou no exterior;
  - f) Participação e desinvestimento em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
  - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais; e
  - h) Negociação de ações da própria Companhia.
- ii. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
- iii. Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- Deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;

PÁGINA: 104 de 220

- v. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos:
- vi. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;

#### vii. Autorizar:

- a) A aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis ou ativos intangíveis da Companhia;
- b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;
- c) a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
- d) a emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.
- viii. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
- ix. Escolher e destituir auditores independentes;
- x. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a participação de cada membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o artigo 44 deste Estatuto;
- xi. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos administradores e do Conselho Consultivo;
- xii. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembleia Geral, dentro do limite do capital autorizado, e com a faculdade prevista no artigo 10 deste Estatuto Social.
- xiii. Aprovar o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, imputando-os ou não à conta de dividendos.
- xiv. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação da Companhia ou das ações da Companhia, conforme o caso, nos casos de oferta pública de aquisições de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.
- xv. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. O Regimento Interno do Conselho de Administração determina as

PÁGINA: 105 de 220

seguintes competências ao Conselho de Administração, em adição do estabelecido no Estatuto Social:

- a) Aprovar e manter atualizado o Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia;
- Respeitada a legislação e o Estatuto Social, definir e manter atualizada a Política de distribuição, aos acionistas da Companhia, de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio;
- c) Definir e manter atualizada a Política de Assunção de Riscos pela Companhia;
- d) Determinar, anualmente, o valor, acima do qual, atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho; e
- e) Zelar para que as estratégias, políticas e diretrizes emanadas pelo Conselho sejam efetivamente implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferirem assuntos operacionais.

#### (b) Data de instalação do Conselho Fiscal e estrutura de funcionamento:

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito em 12 de março de 2013, em caráter não permanente, com mandato vigorando até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2014.

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (très) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76, a partir da Assembléia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembléia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, quando este for instalado, terão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, atendido o disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei 6.404/76.

A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

#### (c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

PÁGINA: 106 de 220

Conselho de Administração: Processo de auto-avaliação formal, com periodicidade anual;

Diretoria: Avaliação formal, com periodicidade anual, sendo o Diretor Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e revisada pelo Conselho de Administração.

#### (d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

As atribuições dos Diretores são:

Livaldo Aguiar dos Santos (Diretor-Presidente): I - Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; II - Supervisionar a atividade operacional, corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas e coligadas; III - Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos; IV - Coordenar a atuação dos diretores e servir de elo entre a diretoria e o Conselho de Administração, ao qual deve prestar contas; e V - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas à subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH;

William dos Reis (Vice-Presidente): I - Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; II - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia; III - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas para plásticos, no país e no exterior, exceto Subsidiárias; IV - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas para plásticos; V - Supervisionar as atividades industriais da Unidade Fabril nº 3 da Companhia, localizada na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste-SP; e VI - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 14 e 15 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, em Santa Bárbara d'Oeste-SP, e do Departamento de Manutenção Geral;

Fábio Barbanti Taiar (Diretor de Relações com Investidores): I - A prestação de informações e a representação da Companhia junto aos investidores, aos acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e às bolsas de valores onde seus valores mobiliários sejam negociados; II - Manter atualizadas as informações prestadas pela Companhia à CVM; III - Supervisionar a atividade de Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação da Companhia e suas subsidiárias; e IV - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

**Hermes Alberto Lago Filho** (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas-ferramenta, no país e no exterior,

PÁGINA: 107 de 220

incluindo a subsidiária do México (Sandretto Mexico, S. de R.L. de C.V.), e excetuando as demais Subsidiárias; II - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas-ferramenta, III - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 16 e 19 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, em Santa Bárbara d'Oeste-SP; IV — Supervisionar as atividades relacionadas a serviços de máquinas-ferramenta pesadas; e V - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

Fábio José Azevedo Degan (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de peças fundidas e/ou usinadas, no país e no exterior; II - Supervisionar as atividades industriais da Unidade Fabril nº 1 da Companhia, localizada na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste-SP; III - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 11, 81 e 82 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, todas em Santa Bárbara d'Oeste-SP; IV-Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção; e V- Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

**Ivan de Carvalho Machado** (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica, venda de máquinas usadas e aluguel de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos, venda de peças de reposição, no país e no exterior; e II - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

**Luiz Cassiano Rando Rosolen** (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades financeiras da Companhia; II — Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas a Compras e ao Planejamento da Cadeia de Suprimentos; III - Supervisionar as atividades comerciais, vendas e operacionais das subsidiárias da Companhia, no exterior (exceto a Burkhardt+Weber Fertigungssysteme GmbH e a Sandretto Mexico, S. de R.L. de C.V.); e IV - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia.

PÁGINA: 108 de 220

### 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

#### Item 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

#### a. Prazos de convocação:

O prazo de convocação para as Assembleias Gerais seguem as regras da Lei. A primeira convocação é realizada, no mínimo, com 15 dias antes da assembleia, e a segunda convocação é realizada com oito dias de antecedência, mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para assembleias gerais de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas. As Assembleias Gerais da Companhia, nos últimos anos, têm sido convocadas com prazos de 30 dias de antecedência.

#### b. Competências:

Nas assembleias gerais regularmente convocadas e instaladas, os acionistas estão autorizados a deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e a tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que constantes na ordem do dia.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos:

- Reformar o estatuto social;
- Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;
- Tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- Autorizar a emissão de debêntures;
- Suspender o exercício dos direitos do acionista;
- Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- Autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;
- Eleger, quando for o caso, os membros do Conselho Consultivo
- Fixar a remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo, quando for o caso;
- Autorizar a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e
- Escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da
   Companhia ou das ações da Companhia, conforme o caso, em caso de cancelamento de registro de

PÁGINA: 109 de 220

### 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

companhia aberta ou saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, dentre as instituições ou empresas especializadas indicadas pelo Conselho de Administração;

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos à Assembleia Geral estão à disposição dos acionistas para análise no Distrito Industrial da Companhia, na Rodovia SP-304, km 141,5 em Santa Bárbara d'Oeste-SP, no endereço eletrônico da Companhia (www.romi.com/investidores), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários — CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

#### d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo e pela Política de Negociação de Ações, Títulos e Valores Mobiliários e seus Derivativos de emissão da Companhia, disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.romi.com/investidores).

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria constante da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este estará impedido de proferir o seu voto na assembleia geral. Ainda, é vedado aos administradores, na qualidade de acionistas ou procuradores, votarem acerca dos documentos da administração (art. 133 da Lei das Sociedades Anônimas) e do Parecer do Conselho Fiscal, se houver.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores para o exercício do direito de voto, constituído há menos de um ano e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

As procurações devem ser enviadas com firma reconhecida e com comprovação de poderes dos signatários, até o nível do acionista. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias:

PÁGINA: 110 de 220

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não mantém sistema de transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia não mantém mecanismos formais e expressos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

PÁGINA: 111 de 220

# 12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	06/02/2013
		Valor Econômico - SP - SP	06/02/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	08/02/2013
			09/02/2013
			14/02/2013
		Valor Econômico - SP - SP	08/02/2013
			09/02/2013
			14/02/2013
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP - SP	07/05/2013
		Valor Econômico - SP - SP	07/05/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	08/02/2012
		Valor Econômico - SP	08/02/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Município - SP	14/02/2012
			15/02/2012
			16/02/2012
		Valor Econômico - SP	14/02/2012
			15/02/2012
			16/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Município - SP	13/03/2012
		Valor Econômico - SP	13/03/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	09/02/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			12/02/2011
		Valor Econômico - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			14/02/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	06/04/2011
		Valor Econômico - SP	06/04/2011

PÁGINA: 112 de 220

### 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

#### Item 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

#### (a) Frequência das reuniões:

Conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano, conforme calendário aprovado até 30 de novembro do ano anterior, ou, em caráter extraordinário, sempre que o interesse da Companhia o exigir, a critério do Presidente do Conselho ou de pelo menos dois Conselheiros.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não aplicável.

#### (c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Além disso, a identificação e administração de conflitos de interesse são regulados pelo Código de Ética e Conduta Empresarial e Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação com Ações.

PÁGINA: 113 de 220

# 12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

#### Item 12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 63, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser instituída e processada pela Câmara de Arbitragem do Mercado de acordo com as regras do seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.

PÁGINA: 114 de 220

# 12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

		,	- am and oldingate	Prazo do mandato	
PF	Profissão Cargo eletivo ocupado		Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Villiam dos Reis	58	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
17.456.838-01	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
lermes Alberto Lago Filho	59	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
08.955.500-91	Engenheiro	Reponsável pela área comercial e assistência técnica	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
uiz Cassiano Rando Rosolen	39	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
71.588.618-64	Administrador de Empresas e Contador	Diretor Financeiro e Supply Chain	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
ábio José Azevedo Degan	49	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
52.570.458-26	Engenheiro	Diretor responsável pela Unidade de Negócios de Fundidos e Usinados	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
van Carvalho de Machado	51	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
16.722.088-90	Engenheiro	Responsável pela Diretoria de Serviços	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
ivaldo Aguiar dos Santos	60	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
70.221.928-04	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	12/03/2013	Sim	
lão aplicável					
ábio Barbanti Taiar	35	Pertence apenas à Diretoria	12/03/2013	Após a AGO de 2014	
75.907.618-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	12/03/2013	Sim	
Responsável também pelas áreas de Controladoria, Recursos Hui	manos, Jurídico e Tecnologia da Informa	ação			
nmérico Emílio Romi Neto	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
16.334.888-02	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/03/2013	Sim	
Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Rominor	<ul> <li>Comércio, Empreendimentos e Partici</li> </ul>	pações S.A			
Carlos Guimarães Chiti	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
48.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/03/2013	Sim	

PÁGINA: 115 de 220

# 12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Idade Orgão administração		Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Monica Romi Zanatta	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Exte	rno				
José Carlos Romi	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
056.637.218-51	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
Não aplicável					
Paolo Guglielmo Bellotti	76	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
416.654.578-72	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
Não aplicável.					
Paulo Romi	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
082.401.568-19	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
Não aplicável.					
Guilherme de Morais Vicente	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
218.395.968-13	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Newton Carneiro da Cunha	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
801.393.298-20	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Adriana Romi	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
067.631.108-39	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
011.095.968-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/03/2013	Sim	
RICARDO DORIA DURAZZO	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/03/2013	AGO de 2014	
084.395.978-94	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Maria José Fernandes Cerqueira de Almeida	54	Conselho Fiscal	12/03/2013	AGO de 2014	

PÁGINA: 116 de 220

# 12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	
CPF Profissão		Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
426.715.587-91	Administradora	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Daniela Lopes de Almeida Leal	30	Conselho Fiscal	12/03/2012	AGO de 2014	
100.298.217-03	Analista de Investimentos	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	12/03/2012	Não	
Não aplicável					
Alfredo Ferreira Marques Filho	52	Conselho Fiscal	12/03/2013	AGO de 2014	
028.236.498-67	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/03/2013	Sim	
Não aplicável					
Pedro Miotto Leles	28	Conselho Fiscal	12/03/2013	AGO de 2014	
337.730.868-73	Engenheiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Roberto de Carvalho Bandiera	75	Conselho Fiscal	12/03/2013	AGO de 2014	
014.567.848-20	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/03/2013	Sim	
Não aplicável					
Stephen Benjamin Duvignau	32	Conselho Fiscal	12/03/2013	AGO de 2014	
219.801.938-86	Engenheiro	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	12/03/2013	Não	
Não aplicável					
Experiência profissional / Declaração de eventuais	condenações				

# William dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007.

É atualmente responsável pelas áreas de Comercialização, Vendas, Engenharia de Produtos e Operações da unidade de Máquinas para Plásticos. Eleito Diretor Vice-Presidente, na RCA de 22/07/2008.

Condenações criminais: nenhuma.

Hermes Alberto Lago Filho - 208.955.500-91

PÁGINA: 117 de 220

- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	Referência -	2013	INDÚIST	DIVE		
-ominiano de	: Referencia :	- ZU IS -	IINDUST	KIASI	KUIVII S.A.	

Versão: 2

Formado em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos na área de vendas, sendo eleito Diretor pela primeira vez em 2007. É atualmente responsável pela Comercialização, Vendas, Engenharia de Produtos e Operações da unidade de Máquinas-Ferramenta. 🗆 Condenações criminais: nenhuma. Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64 Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Atua na Companhia desde 2006, sendo desde 23 de outubro de 2008 como Diretor. É responsável pelas áreas de Tesouraria, Crédito e Cobrança, Gestão de Pedidos, Suprimentos, S B+W.□ Condenações criminais: nenhuma. Fábio José Azevedo Degan - 052.570.458-26 Formado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, com pós-graduação em Gerenciamento de Marketing pelo INPG - Instituto Nacional de Pós-Graduação e

em Gestão Estratégica de Empresas pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Atuou por 22 anos na TRW Automotive onde assumiu diferentes responsabilidades e posições, em 2007 tornou-se Diretor de

Em 16 de março de 2010, foi eleito Diretor.

Comercialização, Vendas e Operações da unidade de Fundidos & Usinados.□

Condenações criminais: nenhuma.

Ivan Carvalho de Machado - 116.722.088-90

Atuação em empresas multinacionais de grande porte, com foco no atendimento e serviços a clientes dos mais diversos segmentos, tendo ocupado, em sua última posição, o cargo de Gerente de Operações para a América Latina de uma multinacional alemã, fabricante de produtos e serviços ligados à impressão (incluindo acabamento, peças e consumíveis). Graduado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), pós-graduado em Eletrônica/Sistemas Distribuídos para Controle de Processos (Universidade de São Paulo – POLI/USP), em Automação Industrial de Processos Gráficos (Carl Duisberg – Alemanha) e em Política e Estratégia (Escola Superior de Guerra), e possui MBA Executivo em Marketing (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM).

Atualmente é responsável pela área de Comercialização e Prestação de Serviços e Venda de peças de reposição □

Condenações criminais: nenhuma.

Livaldo Aguiar dos Santos - 870.221.928-04

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP e pós-graduado em Gestão de Negócios, pela GE Corporate University, de Crottonville (NY), EUA. Sua experiência profissional inclui 15 anos de atuação em cargos de direção, em empresas de engenharia, bens de capital e logística. 🗆

Condenações criminais: nenhuma.

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fabio Taiar é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em estão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Fabio foi contratado pela Romi em janeiro de 2009 para responder pela Gerência das áreas de Contabilidade e Controladoria. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico.□  □ Condenações criminais: nenhuma.
Américo Emílio Romi Neto - 016.334.888-02
Presidente do Conselho de Administração. Funções: Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais e presidi-las; Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. □ Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. □ □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração. □ 1997, passou a Vice-Presidente e em 20
Condenações criminais: nenhuma.

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos e pela área financeira. É membro do Conselho de Administração desde 1987 e desde 2003 é Vice-Presidente do Conselho de Administração. □

Condenações criminais: nenhuma.

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Externo de 2009 até presente data; Membro do Conselho de Administração de 2009 até presente data; Chefe de Melhoria Contínua de 2008 a 2009 e Assistente de Vendas para Máquinas-Ferramenta no Mercado Externo de 2001 a 2008. □

Condenações criminais: nenhuma.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia. 🗆 Condenação criminal: nenhuma.

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Indústrias Romi S.A., desempenhando a função de Membro do Conselho de Administração e S&V Consultores S/C Ltda, desempenhando a função de sócio de empresa no ramo de consultoria. 🗆

Condenações criminais: nenhuma.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Membro do Conselho de Administração. Funções: Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

Condenações criminais: nenhuma.

Guilherme de Morais Vicente - 218.395.968-13

É sócio e diretor responsável pela área de gestão de fundos de renda variável da Mauá Sekular Investimentos. É também membro do Conselho Deliberativo da Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) e membro do Conselho Fiscal da FRAS-LE S.A.. Em 2008 fundou a Apoena Investimentos e em 2006 foi co-fundador da Mainstay Capital.

Newton Carneiro da Cunha - 801.393.298-20

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, Diretor Administrativo.

Termobahia SA - Membro do conselho de administração □

Solpart Participações S.A - Membro do conselho de administração

Contax Participações S.A - Membro do conselho de administração

FIAGO Participações S.A - Membro do conselho de administração

INPAR Participações S.A - Membro do conselho de administração

Condenação criminal: nenhuma.

Adriana Romi - 067.631.108-39

Ingressou na Companhia em 1997, como advogada e de 2006 a 2009 foi responsável pelo departamento Jurídico Fiscal e Societário, tendo participado ativamente no processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da BM&FBovespa. Foi membro do Conselho de Administração da Romi de 2000 a 2007, retornando em 2012.

Condenação criminal: nenhuma.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU - SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração da Romi. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. Em 2012, voltou ao Conselho de Administração, com a extinção do Conselho Consultivo.

Condenação criminal: nenhuma.

RICARDO DORIA DURAZZO - 084.395.978-94

Atua em consultoria de gestão há mais de 20 anos, tendo sido sócio de empresas como McKinsey, Booz & Co e A.T. Kearney, nas quais foi líder de Práticas e ocupou outras posições de liderança. Se especializou em Estratégia e Gestão de Operações, tendo servido a dezenas de clientes em uma grande variedade de indústrias, em vários países.

Maria José Fernandes Cerqueira de Almeida - 426.715.587-91

Sua experiência profissional: (i) Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros como Chefe de Gabinete. □ Condenações criminais: nenhuma.

Daniela Lopes de Almeida Leal - 100.298.217-03

Sua experiência profissional: (i) Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS como analista econômico-financeira de empresas de capital aberto; (ii) Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. como analista econômicofinanceira de empresas de capital aberto; (iii) Senso Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A como analista de empresas e elaboração de relatórios setoriais e macroeconômicos.

Condenações criminais: nenhuma.

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

) Horwath Tufani, Reis & Soares Auditores Independentes (CVM 4740); (ii) TIM Participações S.A.; (iii) Indústrias ROMI S.A.; (iv) Cia. Providência; (v) MAHLE Metal Leve S.A.; (vi) Dixie Toga S.A.; (vii) Cyrela commercial Proprieties S.A.;(viii) Banco ABC Brasil S.A.; (ix) Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.□ ) Sócio responsável por trabalhos técnicos de auditoria com registro no CNAI n. 596 (CVM, Bacen e SUSEP); (ii) Membro efetivo do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria; (iii) a (vii) Membro efetivo do Comitê de Auditoria.□					
Condenações criminais: nenhuma.					
Pedro Miotto Leles - 337.730.868-73					
É sócio da Mauá Sekular Investimentos, onde atua na gestão dos fundos de renda variável. □ Condenações criminais: nenhuma					
Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20					
Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio. □					
Condenações criminais: nenhuma.					
Stephen Benjamin Duvignau - 219.801.938-86					
Cus avanciência professionale (i) Maué Calcular Investimentes como cácia; (ii) Candroor Caméroia a Distribuição do Vaígular I do como Distribuição Distribuição do Como Distribuição Distribuição do Como Distribuição Distribuição do Como Distribuição Distribuição Distribuição Distrib					

Sua experiência profissional: (i) Mauá Sekular Investimentos como sócia; (ii) Sandrecar Comércio e Distribuição de Veículos Ltda. como Diretora; (iii) Lanx Capital Investimentos como analista. 🗆

Condenações criminais: nenhuma.

Versão: 2

# 12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

#### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Por enquanto, a Companhia não possui qualquer Comitê instaurado, porém, estamos estudamos implementar um comitê de auditoria. Enquanto o Conselho Fiscal serviria aos acionistas, o Comitê de Auditoria daria suporte ao Conselho de Administração. Isso porque acreditamos que quanto mais mecanismos de controle, maior o conforto dos acionistas minoritários e maior o benefício para o mercado de capitais. Atualmente, os custos envolvidos na manutenção das duas instâncias inviabilizam mantê-las, pois esta Companhia atua assegurando um alto nível de governança em todas as suas áreas mesmo sem o Comitê de Auditoria. Mas estamos sempre ponderando a instalação deste.

PÁGINA: 122 de 220

# 12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador d emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Romi	082.401.568-19	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Adriana Romi	067.631.108-39	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Administrador do emissor ou controlada				
Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Carlos Romi	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
- /: 0 : 104/40/0040			
Exercício Social 31/12/2012			
Administrador do Emissor			
Adriana Romi	067.631.108-39	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Aldrew A. A. France			
Administrador do Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Paulo Romi	082.401.568-19	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2011			
Administrador do Emissor			
Adriana Romi	067.631.108-39	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	007.007.70000	ocinio.	Comunicada Birota
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração			
Ωbservação			
Administrador do Emissor			
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro da Diretoria			
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Paulo Romi	082.401.568-19	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Exercício Social 31/12/2010			
Administrador do Emissor			
Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			

Identificação		relação do Administrador com a elacionada Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função		i i i
Pessoa Relacionada		
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro da Diretoria		
<u>Observação</u>		
Administrador do Emissor		
Paulo Romi	082.401.568-19 Controle	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada		
Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Membro do Conselho de Administração		
<u>Observação</u>		

# 12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Item 12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/02/2013 a 15/02/2014, Apólice nº n.º: 01-10-4001487, Seguradora Itaú Seguros S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 25.000.000,00.

PÁGINA: 128 de 220

#### 12.12 - Outras informações relevantes

#### Item 12.12 - Outras informações relevantes

Membros do Conselho de Administração com atuação em outras companhias:

#### Américo Emílio Romi Neto

- 1. Presidente do Conselho de Administração de Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.
- 2. Vice-Presidente do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

#### Carlos Guimarães Chiti

1. Membro da Diretoria de Fênix Empreendimentos S.A.

## Paulo Romi

1. Membro do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

#### **Adriana Romi**

- 1. Membro do Conselho de Administração de Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.
- 2. Membro do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

#### Newton Carneiro da Cunha

- 1. Diretor Administrativo da Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros
- 2. Diretor Administrativo-Financeiro do Estacionamento Cinelândia
- Membro do Conselho de Administração da Lupatech 5/A

## **Guilherme de Morais Vicente**

- 1. Sócio e diretor da Mauá Sekular Administradora de Recursos
- 2. Membro do Conselho Fiscal da FRAS-LE S.A.
- 3. Membro do Conselho Deliberativo da Amec Associação de Investidores no Mercado de Capitais

#### Ricardo Doria Durazzo

- 1. Sócio-Diretor da Rubicon S.A.
- 2. Sócio Proprietário da Atlantis Capital Group

PÁGINA: 129 de 220

## 12.12 - Outras informações relevantes

- 3. Senior Advisor da McKinsey & Company
- 4. Membro do Conselho de Administração da Cia. Providência
- 5. Membro do Conselho de Administração da Viver S.A.

PÁGINA: 130 de 220

# Item 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

## b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em reuniões do Conselho de Administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.	Retenção, e retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa o reconhecimento pelos resultados atingidos

PÁGINA: 131 de 220

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2011(%)</u>	<u>2012(%)</u>	<u>2013*(%)</u>
Honorários e encargos	66,78	87,73	87,17
Participação nos resultados (**)	22,99	-	-
Participação em assembleias	4,54	4,85	6,12
Previdência privada	4,78	6,24	5,89
Assistência médica	0,91	<b>1,1</b> 8	0,82

<sup>(\*)</sup> refere-se a previsão da Companhia para a remuneração do ano de 2013.

- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
   Os honorários são reajustados, anualmente, em conformidade com as regras da
  - Os nonorarios são reajustados, anualmente, em conformidade com as regras da assembleia geral ordinária.
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultado) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

PÁGINA: 132 de 220

<sup>(\*\*)</sup> Devido ao fato da participação nos resultados possuir como base o judro liquido do exercicio, para o exercicio de 2013 não temos como estimar esse percentual.

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Duas controladas da Companhia remuneraram, nos últimos 3 exercícios, as suas diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

- i. Rominor R\$ 94 por ano para os anos de 2010 e 2011 e R\$ 96 para 2012.
- ii. Interocean R\$ 2 por ano para os anos de 2010 e 2011 e R\$ 3 para 2012.

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

PÁGINA: 133 de 220

#### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	7,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.047.342,32	3.537.214,11	169.473,74	4.754.030,17
Benefícios direto e indireto	90.919,08	434.788,10	0,00	525.707,18
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	332.700,00	0,00	0,00	332.700,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2012 corresponde ao resultado o btido no exercício 2011.	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2012 corresponde ao resultado obtido no exercício 2011.		
Total da remuneração	1.470.961,40	3.972.002,21	169.473,74	5.612.437,35

## 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Nº de membros	8,00	8,00	3,00	19,00	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	894.191,14	3.968.745,67	171.000,00	5.033.936,81	
Benefícios direto e indireto	74.499,05	501.527,39	0,00	576.026,44	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	

PÁGINA: 134 de 220

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	408.000,00	1.920.000,00	0,00	2.328.000,00
Participação em reuniões	346.605,00	0,00	0,00	346.605,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunera ções variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variá vel no ano de 2011 cor responde ao resultado obtido no exercício 2010.	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2011 corresponde ao resultado obtido no exercício 2010.		
Total da remuneração	1.723.295,19	6.390.273,06	171.000,00	8.284.568,25

#### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	764.465,00	3.424.497,00	174.088,00	4.363.050,00	
Benefícios direto e indireto	84.613,00	449.983,00	0,00	534.596,00	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Descrição de outras remunerações fixas					
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	185.450,00	948.550,00	0,00	1.134.000,00	
Participação em reuniões	468.357,00	0,00	0,00	468.357,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	

PÁGINA: 135 de 220

Descrição de outras remunera ções variáveis				
Pós-emprego	0,00	00,0	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	00,0	0,00	0,00
Ba seada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2010 corresponde ao resultado obtido no exercício 2009.			
Total da remuneração	1.502.885,00	4.823.030,00	174.088,00	6.500.003,00

PÁGINA: 136 de 220

# 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Item 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Variável dos Administradores e do Conselho Fiscal	31.12.10	31.12.11	31.12.12
Conselho de Administração	653.807	754,605	332,700
Diretoria	948.550	1.920.000	-
Conselho Fiscal	-	-	-
Conselho Consultivo	155.476	193,535	13,500
Total	1.757.833	2.868.140	346.200

PÁGINA: 137 de 220

# 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Item 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 138 de 220

# 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Item 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade	ae Açoes	

<u>Órgão</u>	no Emissor (*)	nas Controladas (**)
Conselho de Administração	7.992.506	646.883
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	9.50 <b>0</b>	732

<sup>[\*]</sup> Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

PÁGINA: 139 de 220

<sup>(\*\*)</sup> Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, deticas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

## 13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item 13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria Estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 140 de 220

# 13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Item 13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 141 de 220

# 13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item 13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 142 de 220

- 13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a
- 13.8 Método de precificação do valor das ações e das opções

Item 13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 143 de 220

# 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a	órgão	Conselho de	Diretoria	Total
ь	número de membros	Administração 10	7	17
c	nome do plano	10	RomiPrev	17
d	quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0	0
e	condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada	O plano não prevê aposentadoria antecipada	O plano não prevê aposentadoria antecipada
f	valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.833.061,08	R\$ 3.462.933,99	R\$ 7.295.995,07
g	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 61.584,03	R\$ 384.335,96	R\$ 445.919,99
h	se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	resgate antecipado. E i) no caso de falecime feito de imediato pelo ii) no caso do particip ou se encontre em es coloque em risco sua por médico legalment profissional e emitido Conselhos Federal e F adicionalmente aos si contribuições realizad da totalidade dos salo contribuições realizad iii) também farão jus contas constituídos pi Companhia, o particip mantém com o partici acometido de doença	incias o participante por issas circunstâncias să ento do participante, o o beneficiário indicado ante que for acometido tágio ou situação clínico vida, assim caracteriza en habilitado, identifica o na conformidade das Regional de Medicina, aldos das contas constituidas para dos de contas constituidas pela Companhia; e ao resgate total ou para elas contribuições real pante cujo beneficiário pante vinculo de depe grave ou se encontre da avidade que coloquem avidade que coloquem	o: resgate poderá ser no plano; o por doença grave, ca de gravidade que ado e diagnosticado ido por seu registro normas dos fará jus, ituídos pelas o resgate de parte o idos pelas rcial dos saldos de izadas pela ou pessoa que ndência seja em estágio ou

PÁGINA: 144 de 220

## 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

### Valores anuais

VIII O CO UNIUI O									
	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	7,00	8,00	7,00	10,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	777.030,54	1.453.405,60	1.117.114,00	194.445,42	346.796,53	339.584,00	57.000,00	57.000,00	58.086,00
Valor da menor remuneração(Reais)	458.554,91	638.746,00	528.514,00	133.500,00	196.384,00	153.543,00	57.000,00	57.000,00	58.086,00
Valor médio da remuneração(Reais)	552.043,00	848.452,00	719.372,00	154.486,00	221.426,00	198.925,00	57.000,00	57.000,00	58.086,00

Observação

	Diretoria Estatutária		
31/12/2012	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		
31/12/2011	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		
31/12/2010	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		

Conselho de Administração		
31/12/2012	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.	
31/12/2011	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.	
31/12/2010	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.	

	Conselho Fiscal		
31/12/2012	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		
31/12/2011	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		
31/12/2010	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, beneficios como plano de saúde e previdência privada.		

# 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

PÁGINA: 146 de 220

# 13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Item 13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Remuneração Parte Relacionada	31.12.10	"a	31.12.11	%	31.12.12	'%
Conse ho de Administração	894.843	13,77%	955.023	11,53°	791.335	14,10%
Diretoria	757.D21	11,65%	909.327	10,98%	179.773	3,20%
Conse ho Liscal	-	%00 <b>,</b> 0	-	0,00%	-	0,00%
Conse ho Consultivo	285.614	4,39%	202.498	2,44%	25.974	0,46%
Total Geral	6.500.001		8.284.568		5.612.437	

PÁGINA: 147 de 220

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Item 13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

PÁGINA: 148 de 220

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Item 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

### (a) Rominor – os valores abaixo incluem os encargos (INSS e FGTS):

2010	R\$ 129.742,53
2011	R\$ 130.216,74
2012	R\$ 129.712,38

### (b) Interocean – os valores abaixo, por serem baixos, não incluem encargos:

2010	R\$ 2.550,00
2011	R\$ 3.000,00
2012	R\$ 3.000,00

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração nos períodos apresentados.

PÁGINA: 149 de 220

## 13.16 - Outras informações relevantes

Item 13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

PÁGINA: 150 de 220

Item 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Quantidade de funcionários por país						
	2012	2011	2010			
Brasil	1.93 <b>2</b>	2.542	2.758			
Itália	147	<b>16</b> 5	223			
França	13	13	12			
Inglaterra	<b>1</b> 9	16	14			
Espanha	<b>1</b> 1	1 <b>1</b>	10			
Alemanha	222	7	8			
EUA	10	9	8			
Total	2.354	2.763	3.033			

Quantidade de funcinários por função desempenhada						
	2012	2011	2010			
<b>Admin</b> istração	283	245	26 <b>7</b>			
Comercialização	389	403	352			
Diretoria	25	30	27			
Produção	1.464	1.873	2.155			
Tecnologia	193	212	232			
Total	2.354	2.763	3.033			

Índice de rotatividade							
	2012	2011	2010				
Total do grupo	35%	34%	13%				

PÁGINA: 151 de 220

## 14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

## Item 14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

As alterações ocorridas no ano de 2012 referem-se aos ajustes que se tornaram necessários diante da conjuntura macroeconômica de incerteza, que reduziu as oportunidades de venda de máquinas em 2012.

PÁGINA: 152 de 220

#### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### Item 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### a. Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

#### PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR):

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, consequentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

O montante da PLR é um percentual do Salário Nominal. O percentual a ser aplicado é determinado pela rentabilidade, aqui definida como Margem Operacional obtida no ano. São utilizadas 4 (quatro) tabelas de Rentabilidade (Margem Operacional), sendo 1(uma) representando a Rentabilidade Geral da Romi e as outras 3 (três) representando a Rentabilidade de cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas-Ferramenta, Máquinas para Plástico e Fundidos/Usinados). A quantidade de salário nominal a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

#### REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL:

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente). visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O valor da Remuneração Variável Anual pode chegar até 4 Salários Nominais (Gerentes), 3 Salários Nominais (Chefes) e 2 Salários Nominais (Assessores).

#### SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV):

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulálos no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o pacote de vendas de máquinas e/ou equipamentos e tabela regressiva de percentuais sobre o valor de vendas.

#### b. Política de benefícios

#### **RESTAURANTE INTERNO:**

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

#### ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: Plano A (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços), Plano B (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços) e Seguro Saúde (oferece os mesmos serviços que o plano com internação em quarto coletivo e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas).

#### PREVIDÊNCIA PRIVADA (ROMIPREV):

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

#### CESTA BÁSICA:

PÁGINA: 153 de 220

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação e limpeza importantes para a saúde e qualidade de vida. Proporcionar economía nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

#### MATERIAL ESCOLAR:

Tem por objetivo incentivar o estudo e desenvolvimento dos filhos de funcionários da empresa, e proporcionar economia nos gastos anuais dos materiais escolares utilizados. F oferecido aos funcionários que possuem filhos na faixa etária de 06 a 14 anos.

#### TRANSPORTE DE PESSOAL:

Tem por objetivo o transporte (sem custo) aos funcionários que trabalham em Santa Bárbara d'Oeste, visando contribuir para uma boa pontualidade e assiduidade, bem como motivar e facilitar a locomoção.

#### **OUTROS SERVIÇOS:**

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

OBSFRVAÇÃO: Informações oplicáveis aos funcionários do Bras I. Para as subsidiários, aplica-se legislação e condições locais.

PÁGINA: 154 de 220

### Item 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), Comissão de Jequitibanos (funcionários com mais de 30 anos de casa), dentre outras.

O Sindicato tem abertura para, por exemplo, entregar brindes a seus associados nas dependências da empresa.

Temos empregados da Companhia ocupando cargos de direção no Sindicato.

PÁGINA: 155 de 220

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Últ	ima alteração	
Qt de. ações ordinárias (Unida	ndes) Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações	preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de açõe	es (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Giordano Romi - Espólio						
014.766.888-34		Não	Não	09/	05/2013	
1.497	7.574 2,087000%	0		0,000000%	1.497.574	2,087000%
José Carlos Romi						
056.637.218-51		Sim	Não	09/	05/2013	
275	5.124 0,383400%	0		0,000000%	275.124	0,383400%
Juliana Guimarães Chiti						
016.341.138-70		Sim	Não	09/	05/2013	
558	3.467 0,778300%	0		0,000000%	558.467	0,778300%
Frederico Romi						
052.111.018-12		Sim	Não	09/	05/2013	
114	1.576 0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Fundação Petrobrás de Seguridad	le Social					
34.053.942/0001-50		Não	Não	09/	05/2013	
7.016	9,777600%	0		0,000000%	7.016.145	9,777600%
Genesis Smaller Companies						
05.839.127/0001-12		Não	Não	09/	05/2013	
5.527	7.900 7,703600%	0		0,000000%	5.527.900	7,703600%
Maria Pia Romi Campos						
057.324.458-89		Sim	Não	09/	05/2013	
275	5.124 0,383400%	0		0,000000%	275.124	0,383400%
Romeu Romi						
014.770.568-15		Sim	Não	09/	05/2013	
1.147	7.707 1,599400%	0		0,000000%	1.147.707	1,599400%

PÁGINA: 156 de 220

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Últi	ima alteração	
Qt de. ações ordinárias (Unidad	es) Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações	preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações	(Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Sandra Maria Romi Cheida						
045.954.068-86		Sim	Não	09/	05/2013	
114.	576 0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Fundação Romi						
56.720.774/0001-41		Não	Não	09/	05/2013	
1.406.	260 1,959700%	0		0,000000%	1.406.260	1,959700%
Patrícia Romi Cervone						
067.630.358-70		Sim	Não	09/	05/2013	
114.	576 0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Paulo Romi						
082.401.568-19		Sim	Não	09/	05/2013	
114.:	576 0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Wilma Seabra Mayer Romi						
011.316.138-72		Não	Não	09/	05/2013	
114.	576 0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Ana Regina Romi Zanatta						
030.178.208-31		Não	Não	09/	05/2013	
162.	0,226900%	0		0,000000%	162.834	0,226900%
André Luis Romi						
089.555.168-35		Sim	Não	09/	05/2013	
275.	0,383400%	0		0,000000%	275.124	0,383400%
Anna Maria de Toledo Romi						
262.179.248-03		Sim	Não	09/	05/2013	
121.	786 0,169700%	0		0,000000%	121.786	0,169700%

PÁGINA: 157 de 220

Acionista							
CPF/CNPJ acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlado	r Últi	ma alteração	
Qtde. ações ordiná	rias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qt de. ações preferenciais (Unidades)	Açõe	es preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por class	es de ações (Ur	idades)					
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fenix Empre endimento	s S.A.						
51.319.358/0001-12		Brasileira-SP	Sim	Sim	09/	05/2013	
	27.166.190	37,858300%	0		0,000000%	27.166.190	37,858300%
Adriana Romi							
067.631.108-39			Sim	Não	09/	05/2013	
	114.576	0,159700%	0		0,000000%	114.576	0,159700%
Américo Emílio Romi No	eto						
016.334.888-02			Sim	Não	09/	05/2013	
	275.124	0,383400%	0		0,000000%	275.124	0,383400%
Mônica Romi Zanatta							
274.117.138-64			Não	Não			
	100	0,000100%	0		0,000000%	100	0,000100%
Claudia Miriam Romi							
693.710.916-49			Não	Não	09/	05/2013	
	145.284	0,202500%	0		0,000000%	145.284	0,202500%
Eugênio Guimarães Chi	ti						
057.324.018-30			Sim	Não	09/	05/2013	
	558.467	0,778300%	0		0,000000%	558.467	0,778300%
Flora Sans Romi							
160.758.058-69			Sim	Não	09/	05/2013	
	763.967	1,064600%	0		0,000000%	763.967	1,064600%
Daniel Romi Furlan							
175.718.228-40			Não	Não			
	200	0,000300%	0		0,000000%	200	0,000300%

PÁGINA: 158 de 220

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qt de. ações ordinárias (Unidades	Ações ordinárias %	Qt de. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (U	nidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77		Não	Não		
100	0,000100%	0	0,000000%	100	0,000100%
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41		Sim	Não	09/05/2013	
558.466	0,778300%	0	0,00000%	558.466	0,778300%
OUTROS					
23.338.248	32,523500%	0	0,000000%	23.338.248	32,523500%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da últ	ima a Iteração: 09/05/2013				
C	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
71.757.647	100,000000%	0	0,000000%	71.757.647	100,000 000%

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de a ções (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.726	5,118303	0	0,00000	1.544.726	5,118303
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Américo Emílio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,00000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.00 0000			
Ana Regina Romi Zanatta					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.010	6,428044	0	0,00000	1.940.010	6,428044
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
André Luis Romi					
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,00000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de a çõe s (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Fenix Empre endimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
70.949	0,235083	0	0,00000	70.949	0,235083
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileir a-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,00000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudia Miriam Romi					
693.710.916-49	Brasileir a-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.000	6,428011	0	0,00000	1.940.000	6,428011
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel Furlan Romi					
175.718.228-40	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
73	0,000242	0	0,00000	73	0,000242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de a ções (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	<u> </u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Fenix Empre endimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Eugênio Guimarães Chiti					
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,00000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
63	0,000209	0	0,00000	63	0,000209
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flora Sans Romi					
160.758.058-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
202.636	0,671416	0	0,00000	202.636	0,671416
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,00000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.00 0000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de a ções (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	·			CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Fenix Empre endimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Giordano Romi - Espólio					
014.766.888-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
269.507	0,892987	0	0,00000	269.507	0,892987
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Giordano Romi Junior					
030.367.578-05	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.073	6,428253	0	0,00000	1.940.073	6,428253
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Carlos Romi					
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,00000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Juliana Guimarães Chiti					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,00000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de a ções (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	,			CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Fenix Empre endimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Maria Pia Romi Campos					
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,00000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.00 0000			
OUTROS					
0	0,00000	0	0,00000	0	0,00000
Patrícia Romi Cervone					
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,00000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Paulo Romi					
082.401.568-19	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,00000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
235.645	0,780788	0	0,00000	235.645	0,780788
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

CAITROL ARODA / INIVECTIDORA					
ONTROLADORA / INVESTIDORA					
CIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
ONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
enix Empre endimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
235.645	0,780788	0	0,00000	235.645	0,780788
classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.00 0000			
andra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,00000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			
Suzana Guimarães Chiti					
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
226.496	0,750474	0	0,00000	226.496	0,750474
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OTAL	0	0.000000			

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Detalhamento de a ções (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social				
Fundação Petrobrás de Seguridade So	Fundação Petrobrás de Seguridade Social 34.053.942/0001-50								
OUTROS									
7.016.145	100,00000	0	0,00000	7.016.145	100,000000				
TOTAL									
7.016.145	100,00000	0	0,00000	7.016.145	100,000000				

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Fundação Romi				56.720.774/0001-41	
OUTROS					
1.406.260	100,000000	0	0,00000	1.406.260	100,000000
TOTAL					
1.406.260	100,00000	0	0,00000	1.406.260	100,000000

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Na cionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acio nista	Composição capital social
Genesis Smaller Companies				05.839.127/0001-12	
OUTROS					
5.527.900	100,00000	0	0,00000	5.527.900	100,000000
TOTAL					
5.527.900	100,00000	0	0,00000	5.527.900	100,000000

## 15.3 - Distribuição de capital

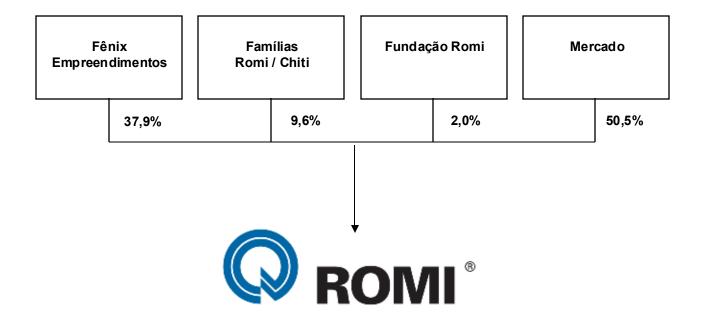
Data da última assembleia / Data da última alteração	12/03/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.007
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	12
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	111

### Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	35.742.103	100,00000%	
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,00000%	
Total	35.742.103	100,00000%	

PÁGINA: 169 de 220



Nota: Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

PÁGINA: 170 de 220

Item 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

## Acordo de Votos entre Acionistas de Indústrias Romi S.A. ("Romi"), celebrado em 5 de novembro de 2012

Em 5 de novembro de 2012, os acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Romi, datado de 29 de agosto de 1996 (e posteriores alterações), firmaram Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas, com o intuito de pôr fim a este documento. Em substituição, esses mesmos acionistas, com exceção do Espólio de Giordano Romi (representando 2,0032% do capital social da Romi), firmaram um novo Acordo de Votos, cujos termos e condições encontram-se informados a seguir:

### (a) Quadro Informativo das Ações Vinculadas ao Acordo de Votos

Acionistas	Ações Vinculadas ao Acordo de Acionistas de 29/08/1996 e alterações posteriores encerrado em 5/11/2012	Ações Vinculadas ao Acordo de Votos firmado em 5/11/2012
Carlos Chiti (*)	27.905	-
Suzana Guimarães Chiti (*)	1.113.867	-
Juliana Guimarães Chiti	177.8 <b>7</b> 6	558.467
Carlos Guimarães Chiti	177.8 <b>7</b> 6	558.466
Eugênio Guimarães Chiti	177.8 <b>7</b> 6	558.467
Giordano Romí – Espólio	1.497.574	-
Flora Sans Romi	763.9 <b>67</b>	763.967
Américo Emílio Romi Neto	275,124	275,124
José Carlos Romi	275.124	275.124
Maria Pia Romi Campos	275.124	275.124
André Luis Romi	275.124	275.124
Romeu Romi	1.147.707	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121,786	121,786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576	114.576
Paulo Romi	114.5 <b>7</b> 6	114.5 <b>76</b>
Frederico Romi	114.576	114.576
Patricia Romi Cervone	114.576	114.576
Adriana Romi	114.576	114,576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	27.166.190
Total	34.046.000	32.548.426
Total - % do capital social	45,5418	43,5386

<sup>(\*)</sup> Falecimento do Acionista Carlos Chiti, sendo que as ações em seu nome e as ações em nome de seu cônjuge Suzana Guimarães Chiti foram transferidas aos seus filhos Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti e Eugênio Guimarães Chiti.

PÁGINA: 171 de 220

#### (b) Partes:

- i. Acionistas Contratantes: Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patricia Romi Cervone, Adriana Romi e Fênix Empreendimentos S.A.
- ii. Interveniente Anuente: Indústrias Romi S.A.

## (c) Data de celebração:

05 de novembro de 2012

#### (d) Prazo de vigência:

O vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura.

## (e) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle:

A Cláusula 4 do Acordo e seus parágrafos, regula o exercício de direito do voto dos Acionistas Contratantes nas Assembleias Gerais de Romi, dispondo conforme segue:

Sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os acionistas contratantes deverão se reunir em reunião prévia para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia.

A reunião prévia em primeira convocação será instalada com a presença de acionistas contratantes que representem, no mínimo, 50% mais uma ação da totalidade das ações vinculadas ao Acordo. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% mais uma ação da totalidade destas ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova reunião prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a reunião prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a reunião prévia com qualquer quórum de presença.

As deliberações dos acionistas contratantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião prévia e, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os acionistas contratantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada reunião prévia e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

PÁGINA: 172 de 220

Os Acionistas Contratantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia.

#### (f) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores:

Não há no Acordo nenhuma cláusula relativa à indicação de administradores da Romi.

## (g) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las:

O referido Acordo não contém qualquer disposição a respeito do exercício do direito de preferência, na hipótese de alienação das ações vinculadas ao acordo.

Com respeito à transferência de ações, a alienação de ações vinculadas ao Acordo a terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao Acordo, ficando o acionista contratante alienante automaticamente excluído do Acordo. Não poderá ser cedido a terceiros não vinculados ao Acordo o direito de voto referente às ações integrantes deste.

Ademais, não serão permitidas desvinculações ao Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

Por fim, o referido Acordo abrangerá, também: (i) as ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de ações de emissão da Romi; ou (ii) as ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos acionistas contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão "causa mortis"; ou (b) aos próprios acionistas contratantes. Caso o acionista de Fênix (hipótese o item 'i' acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos acionistas contratantes (hipótese o item 'ii' acima) que receba as ações não seja um dos acionistas contratantes, eles estarão obrigados a aderir ao Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos, cabendo ao acionista contratante que ceder as ações a obrigação de dar ciência ao acionista que receberá as ações quanto à necessidade de adesão ao presente Acordo.

## (h) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

Não há no Acordo nenhuma cláusula que restrinja ou vincule o direito de voto de membros do Conselho de Administração da Romi.

PÁGINA: 173 de 220

### Acordo de Acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix")

Nos termos do artigo 30, item XIX, da IN CVM 480/09 e do item 14.3., "II", do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 002/2012, Romi recebeu de Fênix, na qualidade de acionista de Romi, em 16/7/2012, correspondência informando a celebração, por acionistas de Fênix representando mais de 79% (setenta e nove por cento) do seu capital social, de um Acordo de Acionistas ("Acordo"), cujos principais aspectos são:

- a) Data de Assinatura: 01 de julho de 2012;
- b) **Prazo de Vigência:** 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, renovável, automaticamente, por igual período, salvo se qualquer dos acordantes se manifestar contrariamente à sua renovação, com até 9 (nove) meses de antecedência da data do término de sua vigência;
- c) Partes:
- c1) Acionistas Acordantes: Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi, e
- c2) **Interveniente Anuente:** Fênix, que detém como principal ativo 27.166.190 ações ordinárias de emissão da Romi, representando 36,33% (trinta e seis vírgula trinta e três por cento) do capital social da referida companhia;
- d) Descrição das disposições que estão previstas no Acordo e que sejam relativas à Romi:
- d1) A Cláusula 2 do Acordo regula o exercício de direito do voto da Fênix nas Assembleias Gerais de Romi, dispondo conforme segue:

Os acordantes reconhecem expressamente as vantagens de se criar mecanismos destinados a assegurar a posição homogênea da Fênix no capital social da Romi, em especial no relacionamento com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de ações que assegure à Fênix o exercício do poder político detido na Romi;

A partir da data de assinatura do Acordo e durante a sua vigência, os acordantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Fênix, bem como o modo como a Fênix votará nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Romi, e em reuniões prévias a que esteja obrigada a participar, sempre com base nas deliberações tomadas pelos acordantes no âmbito das assembleias gerais de acionistas da Fênix.

Sempre que for convocada assembleia geral da Romi, os acordantes deverão se reunir em reunião prévia para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia. As deliberações aprovadas vincularão todos os acordantes ainda que qualquer deles tenha estado ausente à reunião prévia.

d2) A Cláusula 3 do Acordo regula o direito de preferência, da retirada da Fênix e da oneração de ações, conforme segue:

No ato da retirada o acordante retirante receberá, como parte do pagamento pela sua participação na Fênix, ações ordinárias de emissão da Romi (pertencentes à

PÁGINA: 174 de 220

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Fênix) em número equivalente à participação do acordante retirante no capital da Fênix, na data da efetiva retirada, multiplicada pelo número total de ações de emissão da Romi detidas pela Fênix na data do último balanço patrimonial publicado pela Fênix;

Referidas ações ordinárias de emissão Romi recebidas pelo acordante retirante não poderão ser alienadas a quem quer que seja, inclusive em bolsa de valores, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da sua retirada da Fênix, exceto nas condições abaixo ajustadas ("Lock-up"):

- 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir da data da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 6 (seis) meses da retirada da Fênix; adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 12 (doze) meses da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 18 (dezoito) meses da retirada da Fênix; e
- o remanescente 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da retirada da Fênix.

\_\_\_\_\_

#### Acordo de Acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix")

Nos termos do artigo 30, item XIX, da IN CVM 480/09 e do item 14.3., "II", do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 002/2012, Romi recebeu de Fênix, na qualidade de acionista de Romi, em 16/7/2012, correspondência informando a celebração, por acionistas de Fênix representando mais de 79% (setenta e nove por cento) do seu capital social, de um Acordo de Acionistas ("Acordo"), cujos principais aspectos são:

- a) Data de Assinatura: 01 de julho de 2012;
- b) **Prazo de Vigência:** 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, renovável, automaticamente, por igual período, salvo se qualquer dos acordantes se manifestar contrariamente à sua renovação, com até 9 (nove) meses de antecedência da data do término de sua vigência;

#### c) Partes:

- c1) Acionistas Acordantes: Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi, e
- c2) **Interveniente Anuente:** Fênix, que detém como principal ativo 27.166.190 ações ordinárias de emissão da Romi, representando 36,33% (trinta e seis vírgula trinta e três por cento) do capital social da referida companhia;

PÁGINA: 175 de 220

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

### d) Descrição das disposições que estão previstas no Acordo e que sejam relativas à Romi:

- d1) A Cláusula 2 do Acordo regula o exercício de direito do voto da Fênix nas Assembleias Gerais de Romi, dispondo conforme segue:
- Os acordantes reconhecem expressamente as vantagens de se criar mecanismos destinados a assegurar a posição homogênea da Fênix no capital social da Romi, em especial no relacionamento com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de ações que assegure à Fênix o exercício do poder político detido na Romi;
- A partir da data de assinatura do Acordo e durante a sua vigência, os acordantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Fênix, bem como o modo como a Fênix votará nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Romi, e em reuniões prévias a que esteja obrigada a participar, sempre com base nas deliberações tomadas pelos acordantes no âmbito das assembleias gerais de acionistas da Fênix.
- Sempre que for convocada assembleia geral da Romi, os acordantes deverão se reunir em reunião prévia para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia. As deliberações aprovadas vincularão todos os acordantes ainda que qualquer deles tenha estado ausente à reunião prévia.
- d2) A Cláusula 3 do Acordo regula o direito de preferência, da retirada da Fênix e da oneração de ações, conforme segue:
- No ato da retirada o acordante retirante receberá, como parte do pagamento pela sua participação na Fênix, ações ordinárias de emissão da Romi (pertencentes à Fênix) em número equivalente à participação do acordante retirante no capital da Fênix, na data da efetiva retirada, multiplicada pelo número total de ações de emissão da Romi detidas pela Fênix na data do último balanço patrimonial publicado pela Fênix;
- Referidas ações ordinárias de emissão Romi recebidas pelo acordante retirante não poderão ser alienadas a quem quer que seja, inclusive em bolsa de valores, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da sua retirada da Fênix, exceto nas condições abaixo ajustadas ("Lock-up"):
  - 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir da data da retirada da Fênix;
  - adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante

PÁGINA: 176 de 220

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 6 (seis) meses da retirada da Fênix;

- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 12 (doze) meses da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 18 (dezoito) meses da retirada da Fênix; e
- o remanescente 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da retirada da Fênix.

PÁGINA: 177 de 220

# 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Item 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionistas	31.12.10	%	3 <b>1</b> .12.11	%	31.12.12	%
Conselho de Administração	<b>8.</b> 752	0,01%	18.753	0,03%	50. <del>9</del> 53	0,07%
Diretoria	2.000	0,00%	2.000	0,00%	9.500	0,01%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Controladores	35.452.260	47 <b>,42</b> %	35.452.760	47,42%	33.954.686	45,47%
Total	35.463.012	47 <b>,</b> 44%	35.473.013	47,45%	34.015.139	45,50%
Em circulação	39.294.535	52,56%	38.542.134	51,56%	37.742.508	50,49%
Ações em tesouraria			742.400	0,99%	2.999.900	4,01%
Total Geral	74.757.547	100,00%	74. <b>7</b> 57 <b>.</b> 547	100,00%	74.757.547	100,00%

PÁGINA: 178 de 220

### 15.7 - Outras informações relevantes

### Item 15.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 179 de 220

## 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

### Item 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável, adotando preços e condições de mercado para celebração de contratos com partes relacionadas.

Conforme normas e procedimentos internos é vedada a celebração de contratos onde haja conflitos de interesses, limitando as operações de partes relacionadas às operações intercompany.

As transações entre empresas do grupo (intercompany) são feitas em caráter operacional e comercial, respeitando as exigências legais e as condições de mercado.

PÁGINA: 180 de 220

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida					
Romi Machine Tools	28/12/2010	6.118.000,00	R\$ 6.378.490,09	R\$ 6.118.000,00	1 ano	SIM	1,000000				
Relação com o emissor	Controlada di	reta									
Objeto contrato	Mútuo 2010 re	enovado vencimento em 2	013								
Garantia e seguros	Não aplicável										
Rescisão ou extinção	Não aplicável										
Natureza e razão para a operação	Suprir a inves	tida de capital de giro.									
Rominor Comércios e participações	25/10/2006	1.228.836,00	R\$ 102.403,00	R\$ 1.143.677,67	1 ano	NÃO	0,000000				
Relação com o emissor	Controlada di	ontrolada direta									
Objeto contrato	Aluguel de im	óveis em várias unidades	da federal para abrigar a	as filiais de venda							
Garantia e seguros	Não aplicável										
Rescisão ou extinção	Não aplicável					,					
Natureza e razão para a operação											
Romi Itália GmbH	28/12/2010	23.991.391,06	R\$ 23.991.391,06	R\$ 23.991.391,06	1 ano	SIM	1,000000				
Relação com o emissor	Controlada di	reta									
Objeto contrato	Mútuo 2010 re	enovado em 2013									
Garantia e seguros	Não aplicável										
Rescisão ou extinção	Não aplicável										
Natureza e razão para a operação	Suprir a inves	tida de capital de giro.									
Romi Europa GmbH	28/12/2010	576.000,00	R\$ 695.640,79	R\$ 576.000,00	1 ano	SIM	1,000000				
Relação com o emissor	Controlada di	reta									
Objeto contrato	Mútuo 2010 re	enovado em 2013									

PÁGINA: 181 de 220

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida		
Garantia e seguros	Não aplicável							
Rescisão ou extinção	Não aplicável							
Natureza e razão para a operação	Suprir a invest	ida de capital de giro.						
Romi Europa GmbH	31/12/2011	1.094.915,32	R\$ 206.772,39	R\$ 1094.915,32	Indeterminado	NÃO	0,000000	
Relação com o emissor	Controlada dir	eta						
Objeto contrato	Comissões so	bre vendas (movimentaçã	ão e saldo do exercício 2	011)				
Garantia e seguros	Não aplicável	plicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável							
Natureza e razão para a operação								
Romi A.L. S.A.	31/12/2012	397.000,00	R\$ 271.000,00	R\$ 397.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000	
Relação com o emissor	Controlada dir	eta						
Objeto contrato	Comissões so	bre vendas (movimentaçã	ão e saldo do exercício 2	012)				
Garantia e seguros	Não aplicável							
Rescisão ou extinção	Não aplicável							
Natureza e razão para a operação								
Romi Machine Tools	31/12/2012	9.483.000,00	R\$ 4.688.000,00	R\$ 9.483.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000	
Relação com o emissor	Controlada dir	eta						
Objeto contrato	Vendas de me	ercadorias (movimentação	e saldo do exercício 20	12)				
Garantia e seguros	Não aplicável							
Rescisão ou extinção	Não aplicável							
Natureza e razão para a operação								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	
Romi Europa GmbH	31/12/2012	1.482.000,00	R\$ 873.000,00	R\$ 1.482.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada dir	eta					
Objeto contrato	Vendas de me	ercadorias (movimentação	e saldo do exercício 20	)12)			
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália Srl	31/12/2012	2.284.000,00	R\$ 2.646.041,88	R\$ 2.283.771,60	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada dir	eta					
Objeto contrato	Vendas de me	ercadorias (movimentação	e saldo do exercício 20	)12)			
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália Srl	31/12/2012	732.554,01	R\$ 732.554,01	R\$ 732.554,01	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada dir	eta					
Objeto contrato	Adiantamento	a fornecedores (movimer	ntação e saldo do exercí	cio 2012)			
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Rominor Comércio e Participações	31/12/2012	14.022.286,42	0	R\$ 14.022.286,42	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada dir	eta					
Objeto contrato	Dividendos a	distribuir (movimentação e	e saldo do exercício 201	2)			

PÁGINA: 183 de 220

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo Taxa de ou outro tipo juros de divida cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação						

Item 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. A Companhia possui normas e procedimentos internos que impossibilita a celebração de contratos onde haja conflitos de interesses.

PÁGINA: 185 de 220

### 17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/04/2009	489.973.000,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/03/2007	0,00		84.361.828	0	84.361.828

### 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)				Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180.000.000,00	Subscrição pública	12.000.000	0	12.000.000	69,23000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para o preço de emis	determinação do ssão	Oferta Pública de A	Alções							
Forma de inte	gralização	Oferta Pública de A	Alções							
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62.935.785,00	Subscrição pública	4.195.719	0	4.195.719	14,30000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para o preço de emis	determinação do ssão	Oferta Pública de A	Ações							
Forma de inte	gralização 	Oferta Pública de A	vções							

### 17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

#### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou nenhuma das operações em questão durante os períodos apresentados.

PÁGINA: 188 de 220

### 17.4 - Informações sobre reduções do capital social

#### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou redução de capital social durante os períodos apresentados.

PÁGINA: 189 de 220

### 17.5 - Outras informações relevantes

### Item 17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 190 de 220

#### 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA Ordinária

**Tag along** 100,000000

Direito a dividendos Sim

Direito a voto Pleno

Conversibilidade Não

Direito a reembolso de capital Não

Restrição a circulação Não

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

- (i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:□
- (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros; □
- (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;□
- (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;□
- (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios⊡ sociais;□
- (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e □
- (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Outras características relevantes

Não se aplica à Companhia.

PÁGINA: 191 de 220

- Item 18.2 Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública
- (a) O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos;
- (b) O Estatuto Social da Companhia estabelece regras para a realização de oferta pública em seus "CAPÍTULOS":
  - i. VIII DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO
  - ii. IX DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO
  - iii. "X DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO SUBSTANCIAL DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA"

Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

- Art. 46 Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.
- Art. 47 A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:
- a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou
- b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.
- Art. 48 Aquele que adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:
- a) efetivar a oferta pública referida no artigo 46 deste Estatuto Social; e
- b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento pela taxa SELIC Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido

PÁGINA: 192 de 220

vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Art. 50 - Na hipótese de não haver acionista controlador e sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 59, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

Parágrafo Único - Para fins deste Estatuto Social, os termos (i) "acionista controlador" significa o(s) acionista(s) ou o grupo de acionistas que exerça(m) o poder de controle da Companhia, e (ii) "controle" (bem como seus termos correlatos, "poder de controle", "controlador", "sob controle comum" ou "controlada") significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Art. 51 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 58 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 52 - Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Art. 53 - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 54 - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

PÁGINA: 193 de 220

Art. 56 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 58 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 57 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 58 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 58 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos acima deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei.

Parágrafo Primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

PÁGINA: 194 de 220

Parágrafo Segundo - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 59 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste artigo 59 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e os termos deste artigo. Caso aplicável, o Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 59, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 59. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de

PÁGINA: 195 de 220

Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iv) da aquisição de ações das pessoas referidas no artigo 68 abaixo e, ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste artigo ou a exclusão deste artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste artigo.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, para fins exclusivos deste Artigo 59, é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste artigo 59, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Adquirente" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

PÁGINA: 196 de 220

- (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;
- (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;
- (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;
- (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;
- (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou
- (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

Parágrafo Onze – Não obstante o disposto nos artigos 59, 60 e 61 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição de ações mencionadas nos demais artigos dos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social.

PÁGINA: 197 de 220

# 18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Item 18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

PÁGINA: 198 de 220

### 18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social	31/12/2012							
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.088.543	7,42	5,62 R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.004.868	6,36	5,12 R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.076.618	6,00	5,10 R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.371.855	5,64	4,51 R\$ por Unidade
Exercício social	31/12/2011							
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais) Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.315.693	14,14	10,06 R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	47.460.379	11,50	6,51 R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.556.461	7,80	5,32 R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.098.690	6,90	5,67 R\$ por Unidade
Exercício social	31/12/2010							
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor me nor cotação (Rea is) Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.301.853	14,95	11,50 R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.761.321	13,25	9,70 R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.313.394	13,36	9,90 R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.000.423	15,50	12,67 R\$ por Unidade

PÁGINA: 199 de 220

### 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

#### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

PÁGINA: 200 de 220

### 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Item 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia tem suas ações em negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

PÁGINA: 201 de 220

# 18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Item 18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia nos períodos reportados.

PÁGINA: 202 de 220

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Item 18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de ações nos últimos três exercícios abrangidos por esse formulário.

PÁGINA: 203 de 220

# 18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Item 18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 204 de 220

### 18.10 - Outras informações relevantes

### Item 18.10 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 205 de 220

#### 19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	РМР	Fator de cotação	% adquirido	
Outras carac	Outras caracter.										
22/08/2011	22/08/2011 à 16/08/2012	186.874.247,00	Ordinária		3.000.000	7,640000	2.999.900	5,95	R\$ por Unidade	100,000000	

Em reunião realizada em 22 de agosto de 2011, aprovou programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social e da Instrução CVM n.º 10/80 e alterações posteriores e das demais□

disposições legais vigentes.□

O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.

No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22/08/2011 e 16/08/2012 (360 dias), na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Juscelino Kubistchek, 2.041 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, □ CEP 04543-011.□

A quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado.

### 19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

#### Exercício social 31/12/2012

#### **Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Ordinária			
<u>Movimentação</u>	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	742.400	4.598.595,30	6,19
Aquisição	2.257.500	13.251.322,88	5,87
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	2.999.900	17.849.918,18	5,95

#### Exercício social 31/12/2011

### **Ações**

Espécie de ação Classe ação preferencial		Descrição dos valores mobiliários	:
Ordinária			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	742.400	4.598.595,30	6,19
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	742.400	4.598.595,30	6,19

PÁGINA: 207 de 220

### 19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

### Valor mobiliário Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			197.300	6,40	R\$ por Unidade	22/08/2011	0,502455
Ordinária			200.400	6,30	R\$ por Unidade	24/08/2011	0,510349
Ordinária			96.800	6,10	R\$ por Unidade	26/08/2011	0,246516
Ordinária			39.900	6,17	R\$ por Unidade	31/08/2011	0,101611
Ordinária			2.400	5,65	R\$ por Unidade	12/09/2011	0,006112
Ordinária			168.200	5,91	R\$ por Unidade	15/09/2011	0,428347
Ordinária			37.400	6,08	R\$ por Unidade	26/12/2011	0,097000
Ordinária			24.800	5,90	R\$ por Unidade	14/02/2012	0,064300
Ordinária			129.900	6,00	R\$ por Unidade	15/02/2012	0,337000
Ordinária			18.700	6,04	R\$ por Unidade	16/02/2012	0,048500
Ordinária			42.700	6,02	R\$ por Unidade	23/02/2012	0,110800
Ordinária			26.100	6,00	R\$ por Unidade	24/02/2012	0,067700
Ordinária			27.100	6,03	R\$ por Unidade	27/02/2012	0,070300
Ordinária			5.400	6,03	R\$ por Unidade	28/02/2012	0,014000
Ordinária			18.300	6,07	R\$ por Unidade	29/02/2012	0,047500
Ordinária			14.000	6,11	R\$ por Unidade	01/03/2012	0,036300
Ordinária			380.900	6,00	R\$ por Unidade	02/03/2012	0,988100
Ordinária			438.200	5,80	R\$ por Unidade	13/03/2012	1,136700
Ordinária			3.900	5,79	R\$ por Unidade	14/03/2012	0,010100
Ordinária			3.900	5,70	R\$ por Unidade	02/05/2012	0,010100
Ordinária			2.000	5,70	R\$ por Unidade	04/05/2012	0,005200

PÁGINA: 208 de 220

Ordinária       2.000       5,72       R\$ por Unidade       11/05/2012         Ordinária       50.000       5,71       R\$ por Unidade       14/05/2012         Ordinária       3.300       5,70       R\$ por Unidade       15/05/2012         Ordinária       6.000       5,65       R\$ por Unidade       17/05/2012         Ordinária       17.000       5,49       R\$ por Unidade       21/05/2012         Ordinária       8.800       5,80       R\$ por Unidade       30/05/2012	0,129700 0,008600 0,015600 0,044100
Ordinária       3.300       5,70       R\$ por Unidade       15/05/2012         Ordinária       6.000       5,65       R\$ por Unidade       17/05/2012         Ordinária       17.000       5,49       R\$ por Unidade       21/05/2012         Ordinária       8.800       5,80       R\$ por Unidade       30/05/2012	0,008600 0,015600 0,044100
Ordinária         6.000         5,65         R\$ por Unidade         17/05/2012           Ordinária         17.000         5,49         R\$ por Unidade         21/05/2012           Ordinária         8.800         5,80         R\$ por Unidade         30/05/2012	0,015600 0,044100
Ordinária         17.000         5,49         R\$ por Unidade         21/05/2012           Ordinária         8.800         5,80         R\$ por Unidade         30/05/2012	0,044100
Ordinária 8.800 5,80 R\$ por Unidade 30/05/2012	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	0,022800
Ordinária         2.600         6,00         R\$ por Unidade         01/06/2012	0,006700
Ordinária 5,93 R\$ por Unidade 04/06/2012	0,016600
Ordinária 3.300 6,00 R\$ por Unidade 12/06/2012	0,008600
Ordinária         85.500         5,90         R\$ por Unidade         13/06/2012	0,221800
Ordinária         2.000         5,90         R\$ por Unidade         14/06/2012	0,005200
Ordinária 25.700 5,92 R\$ por Unidade 15/06/2012	0,066700
Ordinária 102.800 5,97 R\$ por Unidade 18/06/2012	0,266700
Ordinária         1.000         5,90         R\$ por Unidade         20/06/2012	0,002600
Ordinária         185.900         6,00         R\$ por Unidade         21/06/2012	0,482200
Ordinária         4.100         5,26         R\$ por Unidade         27/07/2012	0,010600
Ordinária         2.900         5,26         R\$ por Unidade         30/07/2012	0,007500
Ordinária         21.100         5,37         R\$ por Unidade         31/07/2012	0,054700
Ordinária         1.100         5,45         R\$ por Unidade         01/08/2012	0,002900
Ordinária         76.300         5,60         R\$ por Unidade         02/08/2012	0,197900
Ordinária         56.700         5,70         R\$ por Unidade         03/08/2012	0,147100
Ordinária         107.500         5,85         R\$ por Unidade         07/08/2012	0,278900
Ordinária         148.800         5,68         R\$ por Unidade         09/08/2012	0,386000
Ordinária         800         5,65         R\$ por Unidade         10/08/2012	0,002100
Ordinária         199.000         5,80         R\$ por Unidade         14/08/2012	0,516200

### 19.4 - Outras informações relevantes

### Item 19.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 210 de 220

#### 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 26/07/2011

Cargo e/ou função Conselho de Administração

#### Principais características

Esta Política de Negociação, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26/07/2011, é aplicável às seguintes pessoas ("Pessoas Vinculadas") e à própria Companhia, devendo pelas mesmas ser fielmente cumprida: (i) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (ii) os membros de órgãos estatutários de empresas na qual a Companhia seja a única controladora; (iii) os administradores que se afastarem da administração da Companhia ou da administração de empresas na qual a Companhia seja a única controladora, durante o prazo de seis meses contados da data do afastamento; (iv) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante; (v) aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição; (vi) o cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar indicadas nas letras indicadas nos subitens acima; (vii) sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar participem de modo que possam influenciar nas decisões de negociação com valores mobiliários da Companhia; (viii) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar; (ix) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

### Períodos de vedação e descrição

DOS PERÍODOS DE VEDAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES - "Períodos de Bloqueio": Nos termos desta dos procedimentos de fiscalização Política de Negociação é terminantemente vedado, às Pessoas Vinculadas e a própria Companhia, efetuar Negociações nos seguintes períodos e situações ("Períodos de Bloqueio"): 

□ (i) no período de 30 (trinta) dias anteriores e 2 (dois) dias após a divulgação ou publicação das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (DFP) da Companhia; (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar o capital social, de distribuir dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio), bonificação em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação, pela Companhia, dos respectivos editais ou anúncios; (iii) quando existir pela Companhia a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) pelas Pessoas Vinculadas, durante o período em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; (v) no período cuja situação e/ou negócio em curso configure Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado e em que as Pessoas Vinculadas (especialmente empregados, gestores, assessores e consultores externos da Companhia) estejam sujeitas ao dever de guardar sigilo em relação às informações que tiverem acesso de forma privilegiada, em razão do cargo ou posição que ocupam; (vi) durante todo e qualquer Período de Bloqueio declarado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia não está obrigado a justificar a razão do bloqueio, que deverá ser mantido em absoluto sigilo pelas Pessoas Vinculadas.

PÁGINA: 211 de 220

### 20.2 - Outras informações relevantes

### Item 20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

PÁGINA: 212 de 220

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Item 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

#### a. Data de aprovação:

26 de julho de 2011

#### b. Pessoas vinculadas:

Acionistas controladores, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empresas controladoras, empresas controladas ou coligadas da Companhia, gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a Informações Relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente.

#### c. Principais características:

Cumprimento pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Cumprimento pelos acionistas controladores da companhia, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas já existentes ou que foram criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

### d. Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

PÁGINA: 213 de 220

### Item 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui, de maneira formal, uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, que se encontra disponível para o público no endereço www.romi.com/investidores.

O Item 4 da mencionada Política estabelece que cumpre ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

PÁGINA: 214 de 220

# 21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Item 21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Conselho de Administração da Companhia designou o Diretor de Relação com Investidores como responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação e uso de informações relevantes e preservação de sigilo.

PÁGINA: 215 de 220

### 21.4 - Outras informações relevantes

### Item 21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 216 de 220

# 22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Item 22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 217 de 220

### 22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Item 22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 218 de 220

# 22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Item 22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 219 de 220

### 22.4 - Outras informações relevantes

### Item 22.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

PÁGINA: 220 de 220